

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.455, de 16 de setembro de 2022.

Denomina “Casa da Juventude Arthur Ramos dos Santos”.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc., faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo esta Lei:

Art. 1.º O prédio da “Casa da Juventude”, nas proximidades da rotatória que dá acesso ao Jardim Arapuã, no quarteirão que compreende a Marginal Isaura Bertho Venturini, Rua Ipiranga, Avenida Arapuã e Rua Novo Horizonte, passa a denominar-se “Casa da Juventude Arthur Ramos dos Santos”.


Art. 2.º Os custos decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotação própria prevista no orçamento, sendo suplementada, se necessário.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS
Prefeito do Município

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.456, de 16 de setembro de 2022.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais manterem afixados cartazes explicativos que demonstrem a aplicação da manobra conhecida como “manobra de Heimlich” no âmbito do município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc., faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo esta Lei:

Art. 1.º Os estabelecimentos comerciais localizados no Município de Jales ficam obrigados a manterem afixados cartazes explicativos que demonstrem a aplicação da manobra da vida ou “manobra de Heimlich” (compressão abdominal), empregada para desobstruir rapidamente as vias respiratórias.

Parágrafo único. Entende-se por estabelecimentos comerciais os seguintes:

I - Restaurantes;
II - Lanchonetes;
III - Praças de alimentação de centros comerciais;
IV - Shopping centers;
V - Estabelecimentos similares.

Art. 2.º Para garantir a visibilidade da informação pelo consumidor, o material deverá ser afixado em local visível e em número compatível com as dimensões do estabelecimento.


Art. 3.º Os estabelecimentos comerciais que não se adequarem afixando cartazes informativos serão multados em 5 UFMs e, em caso de reincidência, o dobro do valor em cada descumprimento.

Art. 4.º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, através de Decreto Municipal.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS
Prefeito do Município



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.457, de 16 de setembro de 2022.

Dispõe sobre a divulgação dos dados dos Conselhos Municipais na página oficial da Prefeitura Municipal na internet.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc., faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo esta Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo obrigado a divulgar, em sua página oficial na internet, um ícone para acesso público contendo os seguintes dados dos Conselhos Municipais:

I – Nome dos integrantes titulares e suplentes, assim como o cargo e instituição ou órgão que cada membro representa;
II – Dados para contato com o conselho (telefone, e-mail e endereço);
III – Calendário anual contendo as datas de reuniões a serem realizadas;
IV – Horário e endereço do local onde ocorrem as reuniões;
V – Arquivos contendo as atas das reuniões e resoluções aprovadas.


Art. 2.º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS
Prefeito do Município

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.458, de 28 de setembro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 367.335,00 (trezentos e sessenta e sete mil e trezentos e trinta e cinco reais), para despesas necessárias na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Administração, Gabinete do Prefeito e Dependências e Secretaria Municipal de Comunicação Social, conforme ofícios nº 80/2022, nº 281/2022 e nº 723/2022.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO		
02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS		
02.01.02 – FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE		
04.122.0004.2006.0000 – Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade		
Ficha 44 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 12.000,00
02.04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
02.04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
04.122.0004.2011.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas		
Ficha 159 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 11.735,00
Ficha 161 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte 01	R\$ 13.200,00
Ficha 169 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	R\$ 8.000,00
02.06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO		
02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.52.00 – Obras e Instalações	Fonte 01	R\$ 313.400,00
02.12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CMCS		
02.12.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
04.131.0019.2039.0000 – Manutenção das Atividades de Comunicação		
Ficha 1024 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01	R\$ 9.000,00
TOTAL		R\$ 367.335,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com recursos resultantes de anulação de dotação nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado a seguir:

I. Anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02-PODER EXECUTIVO		
02.04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
04.122.0004.2011.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas		
Ficha 162 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 117.899,56
02.04.02 – FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS		
04.122.0004.2041.0000 – Manutenção do Fundo Especial de Bombeiros - FEB		
Ficha 182 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 112,50
02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO		
15.122.0014.2013.0000 – Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Urbano		

Ficha 232 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 948,35
02.06.02 – DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA		
15.451.0020.2015.0000 – Manutenção das Atividades de Mobilidade Urbana e Seg. Pública		
Ficha 295 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 43.082,00
02.07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE		
18.541.0015.2016.0000 – Manutenção das Atividades de Preservação e Conservação Ambiental		
Ficha 332 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 175.411,91
02.09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
12.122.0011.2027.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação		
Ficha 531 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 1.468,00
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental		
Ficha 564 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 11.744,00
02.09.05 – ENSINO SUPERIOR		
12.364.0012.2032.1161 – Manutenção da UAB (Univ. Aberta Brasil)		
Ficha 597 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 1.468,00
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 618 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 8.808,00
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 654 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 5.872,00
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Material de Limpeza e Produtos de Higiênização		
Ficha 953 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 520,68
TOTAL		R\$ 367.335,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

A Lei nº 5.461, de 28/09/2022, publicada em 28/09/2022 – Edição 1183, no Diário Oficial do Município de Jales, está sendo republicada com o nº 5.458, de 28 de setembro de 2022, por motivo de erro de digitação número da referida lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.459, de 28 de setembro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei, etc.

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 1.253.077,94 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil, setenta e sete reais e noventa e quatro centavos), para manutenção das despesas de diversas Secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0005.2012.0000 – Manutenção das Atividades Fazendárias e de Planejamento		
Ficha 1369 – 3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Fonte 01 C.A: 110.000	R\$ 140.000,00
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 1358 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01 C.A: 100.371	R\$ 105.068,27
02.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0095.2046.1330 – Transferência de Recursos a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
Ficha 1363 – 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 05 C.A: 800.502	R\$ 50.000,00
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.1002.0000 – Estruturação da Rede de Serviços de Saúde (INVESTIMENTO)		
Ficha 1364 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01 C.A: 100.358	R\$ 208.009,67
10.301.0010.2036.0000 – Manutenção das Ações de Saúde (CUSTEIO)		
Ficha 1365 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 02 C.A: 301.000	R\$ 200.000,00
Ficha 1366 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 02 C.A: 301.000	R\$ 100.000,00
Ficha 1367 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 02 C.A: 301.000	R\$ 150.000,00
10.303.0010.2036.0000 – Manutenção das Ações de Saúde (CUSTEIO)		
Ficha 1368 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 02 C.A: 304.000	R\$ 300.000,00
TOTAL		R\$ 1.253.077,94

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 1.148.009,67 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, nove reais e sessenta e sete centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – R\$ 105.068,27 (cento e cinco mil, sessenta e oito reais e vinte e sete centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 244 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01 C.A: 110.000	-R\$ 105.068,27
TOTAL ANULAÇÃO		-R\$ 105.068,27

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

I – R\$ 1.054.789,98 (um milhão, cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.461, de 06 de outubro de 2022

Institui o “Dia dos Avós” no calendário oficial do Município de Jales.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc., faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo esta Lei:

Art. 1.º Fica instituído o Dia dos Avós no calendário oficial do município de Jales, a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de julho.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 06 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.460, de 28 de setembro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.054.789,98 (um milhão, cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos), para manutenção de diversas secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO		
02.01.01 – GABINETE DO PREFEITO		
04.122.0004.2005.0000 – Manutenção das Atividades do Gabinete		
Ficha 26 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 10.000,00
04.122.0004.2099.0000 – Adiantamentos e Ressarcimentos de Diárias, Viagens		
Ficha 29 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 15.000,00
Ficha 31 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 15.000,00
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		
23.695.0018.2010.0000 – Manutenção das Atividades Turísticas		
Ficha 128 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 220.000,00
02.04.01 – SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
04.122.0004.2011.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas		
Ficha 159 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 23.361,37
Ficha 169 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	R\$ 30.000,00
04.122.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 175 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 125.000,00
02.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
28.843.0094.2042.0000 – Gerenciamento da Dívida Pública de Longo Prazo		
Ficha 220 – 4.6.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatada	Fonte 01	R\$ 180.428,61
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO – SMOIDU		
15.122.0014.2013.0000 – Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Urbano		
Ficha 232 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 5.000,00
Ficha 234 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 5.000,00
15.452.0014.2014.0000 – Manutenção dos Serviços Públicos Urbanos		
Ficha 269 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 16.000,00
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01	R\$ 254.000,00
02.12.01 – SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
04.131.0019.2040.0000 – Divulgação de Atos Oficiais e Sociais		
Ficha 1028 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 156.000,00
TOTAL		R\$ 1.054.789,98

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.462, de 06 de outubro de 2022.

Institui no Calendário Oficial de Eventos de Jales o “Dia Municipal de Alfabetização e Soletração”.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito do Município de Jales, o “Dia Municipal de Alfabetização e Soletração”, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de novembro.

Parágrafo único. O dia a que se refere o caput deste artigo fica incluído no calendário oficial do Município.

Art. 2.º Na data da comemoração o Município poderá realizar campeonatos e brincadeiras de soletração nas escolas, parques e praças, em conjunto com as outras atividades desenvolvidas pela Administração, em prol da participação e engajamento de toda a sociedade, especialmente da comunidade estudantil do município.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 06 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.427, de 27 de setembro de 2022.

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2022 - Dispõe sobre Princípios, Regras e Instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da Eficiência Pública, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre Princípios, Regras e Instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da Eficiência Pública.

Considerando a necessidade de o Poder Executivo Municipal ter que regulamentar a mencionada Lei Federal no âmbito da Administração Direta e Indireta.

DECRETO:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Jales, o Programa Municipal de Transformação Digital, cuja coordenação compete à Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º O Programa Municipal de Transformação Digital terá as seguintes diretrizes:

I - aproximação entre a gestão municipal e o cidadão, facilitando a vida no município;

II - uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão, principalmente das pessoas mais necessitadas, diminuindo as desigualdades;

III - busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão;

IV - aprimoramento das capacidades internas.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Governo, em parceria com os órgãos e entidades, coordenará a apresentação de uma Estratégia de Transformação Digital da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A Estratégia prevista no *caput* deste artigo deverá ser concluída no prazo de 1 (um) ano contado da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO II
DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA PRESTAÇÃO
DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I
DAS CAPACIDADES PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Art. 4º A Administração Pública Municipal poderá criar instrumentos para desenvolvimento de capacidades individuais e organizacionais necessárias à transformação digital, com o objetivo de:

I - identificar necessidades para construção de capacidades para transformação digital com servidores municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;

II - criar e avaliar estratégias e conteúdos para o desenvolvimento de competências para a transformação digital entre servidores municipais;

III - desenhar e promover ações de desenvolvimento que ampliem a abertura e capacidade para a transformação digital em servidores e órgãos da Administração Pública Municipal, tais como redes formais e informais;

IV - pesquisar, desenvolver e testar métodos, ferramentas e iniciativas para a colaboração entre servidores municipais e cidadãos no desenho de soluções focadas na transformação digital.

SEÇÃO II
DAS PLATAFORMAS DE GOVERNO DIGITAL

Art. 5º As Plataformas de Governo Digital são ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos municipais, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessários para a oferta digital de serviços e de políticas públicas, devendo possuir pelo menos as seguintes funcionalidades:

I - ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos;

II - ferramenta digital de entrega de análises de dados;

III - painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§ 1º As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

§ 2º As funcionalidades de que trata o *caput* deste artigo deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

§ 3º Os requisitos básicos das funcionalidades tratadas no *caput* deste artigo deverão ser definidos por meio de orientações técnicas aprovadas pelo Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos.

§ 4º Em atendimento ao disposto no inciso I deste artigo, deverá ser promovida a gradual unificação dos canais de atendimento, com o objetivo de centralizar a disponibilização de informações e fortalecer o relacionamento com o cidadão.

SEÇÃO III
DA PRESTAÇÃO DIGITAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 6º Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas respectivas competências:

I - manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público, especialmente as referentes à Carta de Serviços ao Cidadão;

II - monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;

III - integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica e de meios de pagamento digitais, quando aplicáveis;

IV - eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, exigências

desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário, de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;

V - eliminar a replicação de registros de dados, sempre que possível;

VI - tornar os dados da prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade interoperáveis para composição dos indicadores do painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos;

VII - aprimorar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital;

VIII - realizar testes e pesquisas com os usuários para subsidiar a oferta de serviços simples, intuitivos, acessíveis e personalizados.

Art. 7º Os órgãos e entidades prestadores de serviços públicos buscarão oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico.

Art. 8º As Plataformas de Governo Digital deverão atender ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como na regulamentação municipal.

SEÇÃO IV
DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS
PÚBLICOS

Art. 9º São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além daqueles constantes das Leis Federais nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:

I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;

II - atendimento nos termos da Carta de Serviços ao Cidadão;

III - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;

IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas;

V - indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

CAPÍTULO III
DO GOVERNO COMO PLATAFORMA

(Da Interoperabilidade de Dados entre Órgãos Públicos)

Art. 10. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, conforme estabelecido pela nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:

I - a interoperabilidade de informações e de dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;

II - a otimização dos custos de acesso a dados e o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos e entidades;

III - a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 11. Será instituído mecanismo de interoperabilidade de informações e de dados, com a finalidade de:

I - aprimorar a gestão de políticas públicas;

II - aumentar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes;

III - viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos;

IV - facilitar a integração e o acesso a dados entre os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal;

V - realizar o tratamento de informações das bases de dados a partir do número de inscrição do cidadão no CPF, conforme previsto no Art. 11 da Lei Federal nº 13.444, de 11 de maio de 2017;

VI - promover o desenvolvimento de soluções inovadoras.

Art. 12. Os custos de adaptação dos sistemas e das bases de dados para a implementação de aspectos relacionados à interoperabilidade são de responsabilidade dos órgãos referidos no Art. 10 deste Decreto.

CAPÍTULO IV
DO USO DE DADOS

Art. 13. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal promoverão o uso de dados para a construção e o acompanhamento das políticas públicas, respeitados a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Parágrafo único. Novas bases de dados somente poderão ser criadas quando forem esgotadas as possibilidades de utilização dos Cadastros de Uso Geral ou do Cadastro Base de Pessoas.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O acesso e a conexão para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pela Administração, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços públicos e a redução de custos aos usuários.

Art. 15. A Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal apoiará e estimulará a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, institutos de ciência e tecnologia e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município de Jales

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.428, de 27 de setembro de 2022.

Institui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales para o Quadriênio 2022-2025.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando que a Tecnologia da Informação - TI é atualmente reconhecida pelos gestores públicos como uma ferramenta fundamental para atender às necessidades estratégicas e operacionais, sendo um dos principais alicerces para a modernização da Administração Pública Municipal.

Considerando que o planejamento de TI deve ser alinhado e integrado com o planejamento estratégico da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, tendo como objetivo estabelecer metas e ações nessa área.

Considerando a eminente necessidade de que a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales tenha seus recursos e serviços de Tecnologia da Informação planejados e organizados dentro de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

Considerando o Ofício nº 097/2022 - GAB/WLA, no qual o Secretário Municipal de Governo solicita a emissão de Decreto para instituição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales para o Quadriênio 2022-2025.

DECRETO:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o Quadriênio 2022-2025, elaborado pela Secretaria Municipal de Governo, conforme Anexo deste Decreto.

Parágrafo único. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Governo através da Divisão de Tecnologia da Informação realizar a regulamentação das políticas e ações voltadas à segurança e padronização das informações de tecnologia da informação.

Art. 2º O PDTI deverá ser revisto a cada 4 (quatro) anos, com o objetivo de suprir, adequar e antecipar as necessidades de tecnologia da informação dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.429, de 27 de setembro de 2022.

Regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal e aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, no âmbito do Poder Executivo Direta e Indireta do Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal.

Considerando a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

Considerando a necessidade de o Poder Executivo Municipal ter que regulamentar mencionados mecanismos de acesso à informação no âmbito de suas competências.

DECRETO:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre os procedimentos a serem observados para garantir o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime deste Decreto todos os órgãos públicos municipais do Poder Executivo, bem como quaisquer entidades que venham a ser controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 2º Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos municipais, sob a forma de subvenções sociais, contratos de gestão, termos de parceria, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Art. 3º Obedecidos os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade,

publicidade e eficiência que norteiam a Administração Pública, os procedimentos de acesso a informações atenderão às seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - estímulo ao desenvolvimento da cultura da transparência na Administração Pública, visando seu controle pela sociedade.

Parágrafo único. O acesso à informação não se aplica:

I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça;

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Município.

Art. 4º Para os efeitos deste Decreto consideram-se:

I - informação: dados que possam ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações;

III - informação sigilosa: aquela submetida à restrição de acesso público para salvaguarda da segurança da sociedade e do Município;

IV - informação pessoal: aquela relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

V - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VI - veracidade: qualidade da informação autêntica, não modificada por qualquer meio;

VII - clareza: qualidade da informação coletada na fonte, de forma transparente e em linguagem de fácil compreensão;

VIII - transparência ativa: qualidade da informação disponibilizada nos sítios do Município, pela Internet, independentemente de solicitação;

IX - transparência passiva: qualidade da informação solicitada por meio físico, virtual ou por correspondência.

CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES, DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ACESSO, DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMAI E DAS TRANSPARÊNCIAS ATIVA E PASSIVA

SEÇÃO I DO ACESSO A INFORMAÇÕES

Art. 5º É dever das entidades subordinadas a este Decreto garantir o direito à informação, mediante os procedimentos previstos nos seus dispositivos e com estrita observância das diretrizes fixadas no artigo 3º.

Art. 6º O fornecimento de informações é gratuito, salvo quando necessária a reprodução de documentos, hipótese em que será cobrado somente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

SEÇÃO II DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ACESSO

Art. 7º O Município e as entidades mencionadas no Parágrafo único do artigo 1º deste Decreto criarão Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, órgão de fácil acesso e aberto ao público, destinado ao atendimento das informações solicitadas por meio físico ou virtual, cabendo-lhe atender e orientar o público, informar sobre a tramitação de documentos nas unidades e receber e registrar os pedidos de acesso à informação.

§ 1º Para a consecução de suas finalidades, compete ao SIC:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido em sistema eletrônico e a entrega do respectivo protocolo;

III - o encaminhamento do pedido à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber;

IV - o indeferimento do pedido de acesso, justificando a recusa.

§ 2º As unidades descentralizadas que não tiverem SIC deverão oferecer serviço de recebimento e registro dos pedidos e, se não detiver a informação, encaminhá-los ao SIC da Administração Direta do Município de Jales, dando ciência ao requerente.

SEÇÃO III DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMAI

Art. 8º Fica criada a Comissão Municipal de Acesso à Informação - CMAI com a seguinte representação:

I - um membro da Secretaria Municipal de Comunicação Social;

II - um membro da Secretaria Municipal de Governo;

III - um membro da Secretaria Municipal de Administração;

IV - um membro da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento;

V - um membro da Procuradoria Geral do Município;

VI - um membro da Controladoria Geral do Município;

VII - um membro do Gabinete do Prefeito.

§ 1º A indicação e nomeação dos membros da CMAI é da responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitidas reconduções.

§ 2º O membro da Comissão da Transparência poderá ser desligado da função nos casos de renúncia ou desligamento do órgão que representa.

§ 3º A Presidência da CMAI será indicada pelo Chefe do Poder Executivo dentre os seus membros, com mandato de dois anos, permitidas reconduções.

Art. 9º Compete à CMAI:

I - manter registro dos titulares de cada órgão e entidade do Poder Executivo Municipal, para decisão quanto ao acesso a informações e dados sigilosos ou reservados da respectiva área;

II - requisitar da autoridade que classificar informação como sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;

III - rever a classificação de informações sigilosas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto na legislação federal sobre essa classificação;

IV - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;

V - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão ou recusa de autoridade municipal, quanto ao acesso à informações;

VI - julgar os recursos interpostos.

Art. 10. Ao Presidente da CMAI:

I - presidir os trabalhos da Comissão;

II - aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;

III - dirigir, intermediar as discussões, de forma que todos participem e coordenar os debates, interferindo para esclarecimentos;

IV - designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;

V - convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões;

VI - remeter ao Chefe do Poder Executivo a ata com as decisões tomadas pelo colegiado.

§ 1º A CMAI reunir-se-á, sempre que convocada pelo seu Presidente.

§ 2º A CMAI atuará junto à Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Art. 11. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Comunicação Social, em conjunto com a Controladoria Geral do Município desenvolverá atividades para:

I - promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação;

IV - definição do formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

SEÇÃO IV

DAS TRANSPARÊNCIAS ATIVA E PASSIVA

Art. 13. É dever dos órgãos e entidades subordinados a este Decreto promover a divulgação, em seu sítio, das seguintes informações:

I - estrutura organizacional, competências, cargos e empregos e seus ocupantes, endereços e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades implementados, com indicação da unidade responsável, metas e resultados;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - execução orçamentária e financeira;

V - licitações realizadas, em andamento, com os respectivos editais e anexos, atos de adjudicação, recursos, além dos contratos firmados e notas de empenho;

VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, auxílios, ajudas de custo, proventos e pensões, bem como quaisquer outras vantagens pecuniárias, de maneira individualizada;

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 14. O sítio de Internet da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales e o das entidades mencionadas no Parágrafo único do artigo 1º deste Decreto atenderão aos seguintes requisitos mínimos:

I - conter formulário de pedido de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - possibilitar a gravação em diversos formatos, de modo a facilitar a análise das informações;

IV - divulgar os formatos utilizados para a obtenção da informação;

V - garantir a veracidade das informações disponíveis por acesso;

VI - conter instruções que possibilitem ao requerente comunicar-se, por qualquer meio, com o órgão ou entidade;

VII - possibilitar o acesso às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 15 A transparência passiva consiste no pedido de informações não inseridas na Internet, solicitadas por meio físico, virtual ou por correspondência.

Art. 16. O pedido de acesso é facultado a qualquer pessoa, natural ou jurídica e deverá ser encaminhado ao SIC no formulário existente no sítio da Internet, de acordo com o disposto no inciso I do Art. 14 deste Decreto, ou por qualquer meio legítimo, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação clara e precisa da informação requerida e finalidade;

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente.

Parágrafo único. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos da solicitação de informações de interesse público.

Art. 17. O prazo de resposta ao pedido de informação que não possa ser imediatamente fornecida será de vinte dias úteis a contar da data de solicitação, prorrogável por dez dias úteis, mediante justificativa da qual será dada ciência ao requerente.

Art. 18. Na hipótese de a informação estar disponível em qualquer formato de acesso universal, o SIC orientará o requerente quanto ao local e meio para consultá-lo ou reproduzi-lo, desobrigando-se da obrigação do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente não dispuser de meios para a consulta ou reprodução.

CAPÍTULO III

DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS E PESSOAIS

Art. 19. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O acesso a informações pessoais por terceiros, para a defesa de direitos humanos ou proteção de interesse público e geral, quando autorizado, será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade do pedido e sobre as obrigações do requerente.

Art. 20. Podem ser consideradas sigilosas as informações que:

I - oferecerem risco à vida, à segurança ou à saúde da população;

II - oferecerem risco à estabilidade financeira ou econômica do Município;

III - prejudicarem ou causarem risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico municipal;

IV - oferecerem risco à segurança das instituições e dos dirigentes dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das entidades referidas no Parágrafo único do Art. 1º e seus familiares;

V - comprometerem atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações administrativas, salvo por determinação judicial.

Art. 21. Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público, utilizando-se o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Município;

II - o prazo máximo da validade da classificação e o seu termo final.

Parágrafo único. Os graus de classificação da informação sigilosa, bem como os respectivos prazos, serão definidos pela CMAI.

Art. 22. As informações pessoais, referentes à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, asseguradas pelo inciso X do Art. 5º da Constituição Federal, terão seu acesso restrito às pessoas às quais se referirem, bem como aos agentes públicos legalmente autorizados.

§ 1º A divulgação das informações referidas no caput deste artigo poderá ser autorizada por consentimento expresso das pessoas a que se referirem, por procuração devidamente autenticada.

§ 2º O consentimento não será exigido nas seguintes hipóteses:

I - prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver incapacitada, e com a finalidade exclusiva de tratamento;

II - realização de estatísticas, pesquisas científicas de interesse público previstas em lei, vedada a identificação pessoal;

III - cumprimento de ordem judicial;

IV - defesa de direitos humanos.

Art. 23. A restrição de acesso a informações pessoais, prevista no Art. 22 não poderá ser invocada:

I - quando prejudicarem a apuração de irregularidades, em que o titular das informações for parte ou interessado;

II - quando as informações pessoais constarem de documentos necessários à recuperação de fatos históricos relevantes, circunstância a ser reconhecida pelo Chefe do Poder Executivo ou pela autoridade máxima das entidades referidas no Parágrafo único do Art. 1º em ato devidamente fundamentado.

Art. 24. O pedido de acesso a informações pessoais pelo próprio titular, exige a comprovação da sua identidade.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 25. Caso o SIC indefira o pedido de informação, usando da atribuição que lhe outorga o inciso IV, do § 1º, do Art. 7º deste Decreto, a negativa de acesso deverá ser comunicada ao requerente, no prazo da resposta, contendo os seguintes elementos:

I - razões da negativa e seu fundamento legal;

II - esclarecimentos sobre a possibilidade de o requerente recorrer à CMAI no prazo de dez dias úteis a contar da ciência do indeferimento;

requerente pedir sua desclassificação à CMAI no prazo de dez dias úteis a contar da ciência do indeferimento.

Art. 26. Na hipótese de indeferimento do recurso ou do pedido de desclassificação, pela CMAI, poderá o requerente interpor reclamação ao Chefe do Poder Executivo ou à autoridade máxima das entidades referidas no Parágrafo único do Art. 1º deste Decreto no prazo de cinco dias úteis a contar da ciência do indeferimento.

Parágrafo único. A decisão proferida na reclamação será irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO V
DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 27. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos

para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;

III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres celebrados com o Poder Executivo do Município de Jales, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.

§ 1º As informações de que trata o caput serão divulgadas em sítio na Internet da entidade privada e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.

§ 2º A divulgação em sítio na Internet referida no § 1º poderá ser dispensada, por decisão do responsável pelo órgão ou entidade pública, e mediante expressa justificação, aos que não disponham de meios para realizá-la.

§ 3º As informações de que trata o caput deverão ser publicadas quando da celebração de convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congêner, serão atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até cento e oitenta dias após a entrega da prestação de contas final.

Art. 28. Os pedidos de informação referentes aos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres previstos no Art. 27 deverão ser apresentados diretamente aos órgãos e entidades responsáveis pelo repasse de recursos.

CAPÍTULO VI
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 29. O agente público será responsabilizado se:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação sob sua guarda ou a que tenha acesso pela natureza de seu cargo, emprego ou função;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação, acessar ou permitir o acesso indevido a informações sigilosas ou pessoais;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal;

VI - ocultar da revisão da autoridade superior competente informação sigilosa, para benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo de terceiros;

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos.

§ 1º Atendido o princípio do devido processo legal, as condutas descritas nos incisos deste artigo ficarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão por até sessenta dias, nos casos dos incisos I, IV e VI;

II - demissão, nos casos dos incisos II, III, V e VII.

§ 2º A penalização referida no § 1º deste artigo não exclui a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, quando cabível.

Art. 30. O requerente do pedido de informações, se delas fizer uso indevido, será responsabilizado na forma da legislação civil e criminal.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Nos casos omissos, aplicar-se-á, subsidiariamente, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 32. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.193, de 18 de dezembro de 2013.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município de Jales

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.430, de 27 de setembro de 2022.

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Considerando a necessidade de o Poder Executivo Municipal ter que regulamentar a LGPD no âmbito da Administração Direta e Indireta.

DECRETO:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, no âmbito do Poder Executivo Municipal, estabelecendo competências, procedimentos e providências correlatas a serem observados por seus órgãos e entidades, visando garantir a proteção de dados pessoais.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular dos dados concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - plano de adequação: conjunto das regras de boas práticas e de governança de dados pessoais que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos agentes envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos, o plano de respostas a incidentes de segurança e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Art. 3º As atividades de tratamento de dados pessoais pelos órgãos e entidades municipais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de dados em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO II
DAS RESPONSABILIDADES

SEÇÃO I

DAS RESPONSABILIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA

Art. 4º O Poder Executivo Municipal, por meio de seus órgãos, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, deve realizar e manter continuamente atualizados:

I - o mapeamento dos dados pessoais existentes e dos fluxos de dados pessoais em suas unidades;

II - a análise de risco;

III - o plano de adequação, observadas as exigências do art. 15 deste Decreto;

IV - o relatório de impacto à proteção de dados pessoais, quando solicitado.

Parágrafo único. Para fins do inciso III do *caput* deste artigo, os órgãos devem observar as diretrizes editadas pelo Controlador Geral do Município, após deliberação favorável da Comissão Municipal de Acesso à Informação - CMAI.

Art. 5º Fica designado o Controlador Geral do Município como o encarregado da proteção de dados pessoais, para os fins do Art. 41 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Parágrafo único. A identidade e as informações de contato do encarregado devem ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, no Portal da Transparência, em seção específica sobre tratamento de dados pessoais.

Art. 6º São atribuições do encarregado da proteção de dados pessoais:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados da Administração Pública Direta a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV - editar diretrizes para a elaboração dos planos de adequação, conforme Art. 4º, inciso III deste Decreto;

V - determinar aos órgãos a realização de estudos técnicos para elaboração das diretrizes previstas no inciso IV deste artigo;

VI - submeter à Comissão Municipal de Acesso à Informação - CMAI, sempre que julgar necessário, matérias atinentes a este Decreto;

VII - decidir sobre as sugestões formuladas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados a respeito da adoção de padrões e de boas práticas para o tratamento de dados pessoais, nos termos do Art. 32 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

VIII - providenciar a publicação dos relatórios de impacto à proteção de dados pessoais previstos pelo Art. 32 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

IX - recomendar a elaboração de planos de adequação relativos à proteção de dados pessoais ao encarregado das entidades integrantes da Administração Indireta, informando eventual ausência ao órgão responsável pelo controle da entidade, para as providências pertinentes;

X - providenciar, em caso de recebimento de informe da Autoridade Nacional de Proteção de Dados com medidas cabíveis para fazer cessar uma afirmada violação à Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, nos termos do Art. 31 daquela Lei, o encaminhamento ao órgão municipal responsável pelo tratamento de dados pessoais, fixando prazo para atendimento à solicitação ou apresentação das justificativas pertinentes;

XI - avaliar as justificativas apresentadas nos termos do inciso X deste artigo, para o fim de:

a) caso avalie ter havido a violação, determinar a adoção das medidas solicitadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

b) caso avalie não ter havido a violação, apresentar as justificativas pertinentes à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, segundo o procedimento cabível;

XII - requisitar dos órgãos responsáveis as informações pertinentes, para sua compilação em um único relatório, caso solicitada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos do Art. 32 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

XII - executar as demais atribuições estabelecidas em normas complementares.

§ 1º O Controlador Geral do Município terá os recursos operacionais e financeiros necessários ao desempenho dessas funções e à manutenção dos seus conhecimentos, bem como acesso motivado a todas as operações de tratamento.

§ 2º Na qualidade de encarregado da proteção de dados, o Controlador Geral do Município está vinculado à obrigação de sigilo ou de confidencialidade no exercício das suas funções, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 7º Cabe aos Secretários Municipais:

I - dar cumprimento, no âmbito dos respectivos órgãos, às ordens e recomendações do Controlador Geral do Município na qualidade de encarregado de proteção de dados pessoais;

II - atender às solicitações encaminhadas pelo Controlador Geral do Município no sentido de fazer cessar uma afirmada violação à Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, ou apresentar as justificativas pertinentes;

III - encaminhar ao encarregado, no prazo por este fixado:

a) informações sobre o tratamento de dados pessoais que venham a ser solicitadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, nos termos do Art. 29 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

b) relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, ou informações necessárias à elaboração de tais relatórios, nos termos do Art. 32 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

IV - assegurar que o Controlador Geral do Município seja informado, de forma adequada e em tempo útil, de todas as questões relacionadas com a proteção de dados pessoais no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Cabe à Secretaria Municipal de Governo:

I - oferecer os subsídios técnicos necessários à edição das diretrizes pelo Controlador Geral do Município para a elaboração dos planos de adequação;

II - orientar, sob o ponto de vista tecnológico, os órgãos na implantação dos respectivos planos de adequação.

Art. 9º Cabe à Comissão Municipal de Acesso à Informação - CMAI, por solicitação do Controlador Geral do Município:

I - deliberar sobre proposta de diretrizes para elaboração dos planos de adequação, nos termos do Art. 4º, Parágrafo único deste Decreto;

II - deliberar sobre qualquer assunto relacionado à aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e do presente Decreto pelos órgãos do Poder Executivo Municipal.

SEÇÃO II DAS RESPONSABILIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL INDIRETA

Art. 10. Cabe às entidades e órgãos da Administração Indireta observar, no âmbito da sua respectiva autonomia, as exigências da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, observada, no mínimo:

I - a designação de um encarregado de proteção de dados pessoais, nos termos do Art. 41 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, cuja identidade e informações de contato devem ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva;

II - a elaboração e manutenção de um plano de adequação, nos termos do Art. 4º, inciso III, e Parágrafo único deste Decreto.

CAPÍTULO III DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 11. O tratamento de dados pessoais pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deve:

I - objetivar o exercício de suas competências legais ou o cumprimento das atribuições legais do serviço público, para o atendimento de sua finalidade pública e a persecução do interesse público;

II - observar o dever de conferir publicidade às hipóteses de sua realização, com o fornecimento de informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a sua execução.

Art. 12. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal podem efetuar o uso compartilhado de dados pessoais com outros órgãos e entidades públicas para atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas, no âmbito de suas atribuições legais, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no Art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 13. É vedado aos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

I - em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 2011;

II - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

III - quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada, por meio de cláusula específica, em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, cuja celebração deverá ser informada pelo responsável ao Controlador Geral do Município para comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

IV - na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

Parágrafo único. Em quaisquer das hipóteses previstas neste artigo:

I - a transferência de dados dependerá de autorização específica conferida pelo órgão municipal à entidade privada;

II - as entidades privadas deverão assegurar que não haverá comprometimento do nível de proteção dos dados garantido pelo órgão ou entidade municipal.

Art. 14. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal podem efetuar a comunicação ou o uso compartilhado dedados pessoais a pessoa de direito privado, desde que:

I - o Controlador Geral do Município informe a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma do Regulamento Federal correspondente;

II - seja obtido o consentimento do titular, salvo:

a) nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

b) nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada publicidade nos termos do Art. 11, inciso II deste Decreto;

c) nas hipóteses do Art. 13 deste Decreto.

Parágrafo único. Sempre que necessário o consentimento, a comunicação dos dados pessoais a entidades privadas e o uso compartilhado entre estas e o órgãos e entidades municipais poderão ocorrer somente nos termos e para as finalidades indicadas no ato do consentimento.

Art. 15. Os planos de adequação devem observar, no mínimo, o seguinte:

I - publicidade das informações relativas ao tratamento de dados em veículos de fácil acesso, preferencialmente nas páginas dos órgãos e entidades na internet, bem como no Portal da Transparência, em seção específica a que se refere o Parágrafo único do Art. 5º deste Decreto;

II - atendimento das exigências que vierem a ser estabelecidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, nos termos do Art. 23, § 1º, e do Art. 27, Parágrafo único da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

III - manutenção de dados em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado de dados com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os órgãos e entidades deverão comprovar ao Controlador Geral do Município estar em conformidade com o disposto no Art. 4º deste Decreto no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua publicação.

Art. 17. As entidades da Administração indireta deverão apresentar ao Controlador Geral do Município, no prazo de 90 (noventa) dias, o respectivo plano de adequação às exigências da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 18. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município de Jales

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.431, de 28 de setembro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.459, de 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 1.253.077,94 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil, setenta e sete reais e noventa e quatro centavos), para manutenção das despesas de diversas Secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0005.2012.0000 – Manutenção das Atividades Fazendárias e de Planejamento		
Ficha 1369 – 3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Fonte 01 C.A: 110.000	R\$ 140.000,00
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 1358 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01 C.A: 100.371	R\$ 105.068,27
02.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0095.2046.1330 – Transferência de Recursos a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
Ficha 1363 – 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 05 C.A: 800.502	R\$ 50.000,00
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.1002.0000 – Estruturação da Rede de Serviços de Saúde (INVESTIMENTO)		
Ficha 1364 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01 C.A: 100.358	R\$ 208.009,67
10.301.0010.2036.0000 – Manutenção das Ações de Saúde (CUSTEIO)		
Ficha 1365 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 02 C.A: 301.000	R\$ 200.000,00
Ficha 1366 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 02 C.A: 301.000	R\$ 100.000,00
Ficha 1367 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 02 C.A: 301.000	R\$ 150.000,00
10.303.0010.2036.0000 – Manutenção das Ações de Saúde (CUSTEIO)		
Ficha 1368 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 02 C.A: 304.000	R\$ 300.000,00
TOTAL		R\$ 1.253.077,94

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 1.148.009,67 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, nove reais e sessenta e sete centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – R\$ 105.068,27 (cento e cinco mil, sessenta e oito reais e vinte e sete centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 244 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01 C.A: 110.000	-R\$ 105.068,27
TOTAL ANULAÇÃO		-R\$ 105.068,27

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.432, de 28 de setembro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.460, de 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.054.789,98 (um milhão, cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos), para manutenção de diversas secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO		
02.01.01 – GABINETE DO PREFEITO		
04.122.0004.2005.0000 – Manutenção das Atividades do Gabinete		
Ficha 26 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 10.000,00
04.122.0004.2099.0000 – Adiantamentos e Ressarcimentos de Diárias, Viagens		
Ficha 29 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 15.000,00
Ficha 31 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 15.000,00
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		
23.695.0018.2010.0000 – Manutenção das Atividades Turísticas		
Ficha 128 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 220.000,00
02.04.01 – SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
04.122.0004.2011.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas		
Ficha 159 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 23.361,37
Ficha 169 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	R\$ 30.000,00
04.122.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 175 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 125.000,00
02.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
28.843.0094.2042.0000 – Gerenciamento da Dívida Pública de Longo Prazo		
Ficha 220 – 4.6.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatada	Fonte 01	R\$ 180.428,61
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO – SMOIDU		
15.122.0014.2013.0000 – Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Urbano		
Ficha 232 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 5.000,00
Ficha 234 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 5.000,00
15.452.0014.2014.0000 – Manutenção dos Serviços Públicos Urbanos		
Ficha 269 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 16.000,00
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01	R\$ 254.000,00
02.12.01 – SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
04.131.0019.2040.0000 – Divulgação de Atos Oficiais e Sociais		
Ficha 1028 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 156.000,00
TOTAL		R\$ 1.054.789,98

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 1.054.789,98 (um milhão, cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.433, de 28 de setembro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.458, de 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 367.335,00 (trezentos e sessenta e sete mil e trezentos e trinta e cinco reais), para despesas necessárias na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Administração, Gabinete do Prefeito e Dependências e Secretaria Municipal de Comunicação Social, conforme ofícios nº 80/2022, nº 281/2022 e nº 723/2022.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO		
02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS		
02.01.02 – FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE		
04.122.0004.2006.0000 – Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade		
Ficha 44 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 12.000,00
02.04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
02.04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
04.122.0004.2011.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas		
Ficha 159 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 11.735,00
Ficha 161 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte 01	R\$ 13.200,00
Ficha 169 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	R\$ 8.000,00
02.06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO		
02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.52.00 – Obras e Instalações	Fonte 01	R\$ 313.400,00
02.12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CMCS		
02.12.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
04.131.0019.2039.0000 – Manutenção das Atividades de Comunicação		
Ficha 1024 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01	R\$ 9.000,00
TOTAL		R\$ 367.335,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com recursos resultantes de anulação de dotação nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado a seguir:

I. Anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02-PODER EXECUTIVO		
02.04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
04.122.0004.2011.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas		
Ficha 162 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 117.899,56
02.04.02 – FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS		
04.122.0004.2041.0000 – Manutenção do Fundo Especial de Bombeiros – FEB		
Ficha 182 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 112,50
02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO		
15.122.0014.2013.0000 – Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Urbano		
Ficha 232 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 948,35
02.06.02 – DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA		
15.451.0020.2015.0000 – Manutenção das Atividades de Mobilidade Urbana e Seg. Pública		
Ficha 295 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 43.082,00
02.07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE		
18.541.0015.2016.0000 – Manutenção das Atividades de Preservação e Conservação Ambiental		
Ficha 332 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 175.411,91
02.09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
12.122.0011.2027.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação		
Ficha 531 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 1.468,00
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental		
Ficha 564 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 11.744,00
02.09.05 – ENSINO SUPERIOR		
12.364.0012.2032.1161 – Manutenção da UAB (Univ. Aberta Brasil)		
Ficha 597 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 1.468,00
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 618 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 8.808,00
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 654 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 5.872,00
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Material de Limpeza e Produtos de Higiênização		
Ficha 953 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 520,68
TOTAL		R\$ 367.335,00

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

O Decreto nº 9.433, de 28/09/2022, publicado em 28/09/2022 – Edição 1183, no Diário Oficial do Município de Jales, está sendo republicado por motivo de erro de digitação número da referida lei nº 5.458.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.434, de 28 de setembro de 2022.

Denomina prédio público.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

Considerando que a Professora Laura Freitas de Paula, nascida em 11 de fevereiro de 1942, filha de João Mariano de Freitas Filho e Geralda Silva de Freitas; formada em 1962, no magistério, em colégio de freiras na cidade de Araçatuba; sempre dedicada, amava sua profissão e seus alunos; lecionou em escolas rurais da Região de Jales, tendo se efetivado como professora do Pré-primário na Cidade de Palmeira d'Oeste, na E.E. "Orestes Ferreira de Toledo" e mais tarde transferida para lecionar na Cidade de Jales, na E.E. "Dom Arthur Horsthuis" de 1º a 2º Graus.

Considerando que o imóvel sito a Avenida José Rodrigues, nº 120, no Jardim do Bosque, sediará a Secretaria Municipal de Educação.

DECRETO:

Art. 1.º Fica denominada de "PROFª LAURA FREITAS DE PAULA", a Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida José Rodrigues, nº 120, no Jardim do Bosque.

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 28 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº. 9.440, de 29 de setembro de 2022.

Que autoriza ceder uma viatura operacional do tipo "pick-up", para o FEBOM – Fundo Municipal de Bombeiros.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

Considerando a destinação de recurso financeiro do Tribunal da Justiça do Estado de São Paulo para aquisição de um veículo pick-up que será utilizado pelo FEBOM – Fundo Municipal de Bombeiros de Jales no serviço administrativo e operacional.

Considerando a compra do veículo Strada Volcano CD 1.3 FLEX, lotação: 5, tipo caminhonete, Chassi: 9BD281B4JPYX95852, Motor: 463510128268515, Renavam: 222446, Marca: Fiat, Cor interna: Preto/Cinza, Cor externa: Vermelho Monte Carlo, Fab/Modelo: 2022/2023.

DECRETO:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder, veículo Strada Volcano CD 1.3 FLEX, lotação: 5, tipo caminhonete, Chassi: 9BD28184JPYX95852, Motor: 463510128268515, Renavam: 222446, Marca: Fiat, Cor interna: Preto/Cinza, Cor externa: Vermelho Monte Carlo, Fab/Modelo: 2022/2023.

Parágrafo Único. O referido item ficará junto ao FEBOM – Fundo Municipal dos Bombeiros de Jales-SP, e será patrimoniado passando, assim, aos bens do município, e não poderá ser vendido, doado ou permutado.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 29 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº. 9.443, de 03 de outubro de 2022.

Que autoriza receber em doação itens da Casa Militar.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando Termo de Recebimento Definitivo – Convênio nº CMIL 018/640/2021, celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Militar e pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e o Município de Jales, objetivando a transferência de um veículo e equipamentos para ações de proteção e defesa civil.

Considerando Ofício Especial, de 30 setembro de 2022, do Coordenador Municipal de Defesa Civil, solicitando que um veículo Nova Strada Endurance cp 1.4 e os equipamentos para ações de defesa civil, sejam cadastrados juntos a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública.

DECRETO:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação, sem encargos, do Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Casa Civil, Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, em razão do Convênio nº CMIL- 018/640/2021, celebrado com o Município de Jales-SP, os seguintes itens:

Quantidade	Itens	Nº de Série
01	Gerador de energia Vulcan Trent VG 2600	20C051102655
01	Gerador de energia Vulcan Trent VG 2600	20C051103043
01	Moto serra Husqvarna 272xp	96568160020211975317
01	Moto serra Husqvarna 272xp	96568160020211974836
01	Nova Strada Endurance cp 1.4, chassi: 9BD281A22NYW57068, modelo: 2022, Motor:327a011 459244, cor: branco, lotação: 02 pessoas.	281w57068-0

Parágrafo Único. Os referidos itens ficarão junto a Prefeitura do Município de Jales, e serão patrimonizados passando, assim, aos bens do município, e não poderão ser vendidos.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Valentim Paulo Viola", 03 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

CONSI RJ

RETIFICAÇÃO 1

EDITAL DE ALTERAÇÃO DA DATA PARA
REALIZAÇÃO DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2022

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales - CONSI RJ, com sede na Rua Sebastião Martins, nº 2373, Jardim Samambaia, na cidade de Jales, Estado de São Paulo, em conjunto com a empresa organizadora do certame, e em observância das recomendações dos órgãos competentes, **RESOLVE** tornar pública a Retificação Parcial do Edital de Concurso Público n.º 001/2022, de 23 de setembro de 2022, publicado na imprensa local e na sede do CONSI RJ, **RETIFICANDO**, o item **5.1 – LOCAL – DIA e CRONOGRAMA** que passam a ter as seguintes redações:

5.1- **LOCAL - DIA** - As provas objetivas (escritas) serão realizadas na cidade de Jales/SP na data provável de **06 DE NOVEMBRO DE 2022**, nos horários descritos abaixo, em locais a serem divulgados por meio de Edital próprio que será afixado no local de costume do CONSI RJ, por meio de jornal com circulação no Município e do site www.consesp.com.br.

5.1.1- **HORÁRIOS** (em ponto)

Abertura dos portões – 7:15 horas
Fechamento dos portões – 7:45 horas
Início das Provas – 8:00 horas

ANEXO III
CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
Data de aplicação das Provas Objetivas	06/11/2022
Divulgação do Gabarito Preliminar no site	07/11/2022
Prazo para interposição de recursos referente questões da prova e gabarito	08 e 09/11/2022
Divulgação do resultado preliminar do Concurso Público	Até 24/11/2022
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar	A definir
Publicação da Classificação Final	A definir
Homologação do Concurso Público	A definir

É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações de TODOS os atos, editais, resultados, convocações e comunicados referentes a este concurso público. Até o resultado final o candidato deve acompanhar as publicações no site www.consesp.com.br e a partir de então, as publicações serão feitas exclusivamente pelo órgão realizador em seus órgãos oficiais de publicação, além de afixação em seus átrios.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Jales/SP, 14 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente do CONSI RJ



Prefeitura do Município de Pontalinda
ESTADO DE SÃO PAULO

RUA TUPINAMBA Nº 1.091 – CENTRO – CEP: 15718-000 – FONE/FAX: (17) – 3699-1247-3699-1249
E-MAIL – licitacao2@pontalinda.sp.gov.br / licitacao@pontalinda.sp.gov.br – CNPJ 65.712.077/0001-30



HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Senhor SISINIO DE OLIVEIRA LEÃO, Prefeito Municipal de Pontalinda - SP, no uso de suas atribuições legais, em vista do que consta no parecer da comissão de Apoio, Referente ao Pregão Presencial nº 26/2022.

Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Apoio, nomeada pela **Portaria nº 336/2022, sobre o Processo de Licitação CL/PMP nº 63/2022, Pregão Presencial 26/2.022**, que tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene e descartáveis de qualidade, destinados a diversos setores desta Municipalidade, com fornecimento de forma parcelada, conforme a necessidade de cada setor, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis, bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.

Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas: **R. T. Distribuidora Eireli Me**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) 23.680.765/0001-15, com sede comercial na Avenida Libero de Almeida Silveiras nº 3500, CEP: 15.600-000 na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo; **Wilson Pereira da Silva Tacos EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) 05.006.683.0001-08, com sede comercial na Avenida Literio Grecco nº 536, CEP: 15.612-380 na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo; **Rilcleea Comercial Ltda**; pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) 26.134.447/20001-47, com sede comercial na Rua Ari Barroso nº 1088, Palmeiras, CEP: 16.071-210 na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo; **RDS Embalagens Eireli** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) 21.979.543/0001-72, com sede comercial na Rua Domingos Biancardi nº 1-111, Distrito Industrial Domingos Biancardi, CEP: 17.034-420, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo; **Viel Materiais para Construção Ltda** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) 41.470.763/0001-83, com sede comercial na Avenida dos Trabalhadores nº 1366, Área Sisinio Leão, CEP: 15.718-000, na cidade de Pontalinda, Estado de São Paulo; **Clariana Marques Trizolio Borges Me** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) 26.386.803/0001-10, com sede comercial na Rua Rio de Janeiro nº 1953, CEP: 15.600-052 na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo;

Pelo presente, ficam intimadas as empresas vencedoras da licitação supramencionada a comparecer nesta Prefeitura para assinar contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados a partir desta data.

Pontalinda, 14 de outubro de 2022.

Sisinio de Oliveira Leão
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

EXTRATO DE QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

CONTRATADO: MULTIPROFISSIONAL CLIN SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO NO SETOR DE PSICOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.

Por força deste aditamento, o prazo de vigência do contrato fica prorrogado em 12 (doze) meses, retroagindo seus efeitos a data do encerramento do prazo contratual, que teve seu término no dia 31/08/2022, iniciando – se em 01 de setembro de 2022 e encerrando – se no dia 31 de agosto de 2023.

Fica reajustado o valor da hora para R\$ 21,71, decorrente da aplicação do IPCA/IBGE, de referente ao período de 31/08/2021 a 30/07/2022.

Prefeitura Municipal de Urânia (SP), 29 de setembro de 2022.

CONSRJ

ANDERSON DAME	21530	MOTORISTA
ANDERSON PIZAPIO PACCE	21255	MOTORISTA
ANDERSON ROGERIO VIOLA BOVO	22463	MOTORISTA
ANGELO TOMAZINI DOS SANTOS	21299	MOTORISTA
ANTONIO CESAR FERREIRO DOS SANTOS	20429	MOTORISTA
ANTONIO LUIZ CHUMAN	22151	MOTORISTA
ARIEL ANTONIO VIOLA	21886	MOTORISTA
BRUNO CARDOSO VIEGAS LESSE	20173	MOTORISTA
BRUNO MOLINA DA SILVA	21593	MOTORISTA
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	22226	MOTORISTA
CARLOS EDUARDO PADILHA POZO	21242	MOTORISTA
CARLOS PERINELLI	20903	MOTORISTA
CESAR ROBERTO MASSON	22449	MOTORISTA
CLAUDEIR PEREIRA	22188	MOTORISTA
CLAUDIO DANIEL CAMILO	21728	MOTORISTA
CLAUDIO JOSE MAXIMO	22230	MOTORISTA
CLEBER RODRIGO DA SILVA	22209	MOTORISTA
DANIL O LEZO DE OLIVEIRA	20294	MOTORISTA
DANILO PIRES TIBALDO	20059	MOTORISTA
DANILO ROSA RODRIGUES	20123	MOTORISTA
DAVLSON FARIAS PAIXAO	21483	MOTORISTA
DOUGLAS HENRIQUE CAPELETTI	21089	MOTORISTA
EDUARDO CECILIO DOS SANTOS	21259	MOTORISTA
EDUARDO RODRIGUES	22342	MOTORISTA
ELIAS ROCHA DA SILVA	22036	MOTORISTA
ELIEZER ORTEGA PENNA	22356	MOTORISTA
ELIVELTON ESPONTON MARTINS	22042	MOTORISTA
ELIZIO HENRIQUE FERREIRA	20292	MOTORISTA
EMERSON MARTINS INDALECIO	21653	MOTORISTA
ENOC JOSE DO SOCORRO	20722	MOTORISTA
EVERTON HAUCK DOMINGUES	21143	MOTORISTA
FABIO ANTONIO MARQUES	21722	MOTORISTA
FABIO DE CAMPOS CALDEIRA	21852	MOTORISTA
FABIO LUIS TEIXEIRA MARTINS	20445	MOTORISTA
FABRICIO DA SILVA CRISTOFLI	21150	MOTORISTA
FERNANDO ALVES SOARES	22099	MOTORISTA
GERSON DOS SANTOS ROCHA	21750	MOTORISTA
GUSTAVO FERREIRA BASSI	21545	MOTORISTA
GUSTAVO HENRIQUE RIZZI	21823	MOTORISTA
HEMERSON VILELA SANTOS	22159	MOTORISTA
JEAN CESAR MALHEIRO DE SOUZA	22503	MOTORISTA
JESUS FRANCISCO LEITE	21457	MOTORISTA
JOAO BARBOSA MARQUES	22457	MOTORISTA
JOAO PAULO ALVES DE MELO	20339	MOTORISTA
JOAO PAULO TORRES DA SILVA	22288	MOTORISTA
JOSE ROBERTO SAFRE	22406	MOTORISTA
JOSIANE DOS SANTOS SILVA	22452	MOTORISTA
LAIRINALDO DE OLIVEIRA	20378	MOTORISTA
LEANDRO DA SILVEIRA SANTOS	21909	MOTORISTA
LEONARDO DE FREITAS CARVALHO	20390	MOTORISTA
LOURVAL VICENTE DE OLIVEIRA	20451	MOTORISTA
LUCAS APARECIDO FORIM	21634	MOTORISTA
LUCAS RENAN DE CARVALHO	22307	MOTORISTA
LUCIANO SILVEIRA SANTOS	21403	MOTORISTA
LUIS ANTONIO BRITO DE SOUZA	22252	MOTORISTA
LUIS CARLOS HENRIQUES	20889	MOTORISTA
LUIZ HENRIQUE ZANETONI	22280	MOTORISTA
MAICON MASCULINO MERENDA	21790	MOTORISTA
MAIKO ROCHA MARQUES	21784	MOTORISTA
MANOEL VITOR DOS SANTOS MELO	21511	MOTORISTA
MARCELO DA SILVA BAQUIEGA	22302	MOTORISTA
MARCELO DOS SANTOS DE PAULA	22018	MOTORISTA
MARCELO LUIZ DOS SANTOS HUMAN	21412	MOTORISTA
MARCIO AURELIO BARBOSA	21492	MOTORISTA
MARCIO BORGES	21595	MOTORISTA
MARCOS APARECIDO DE OLIVEIRA CARVALHO	22404	MOTORISTA
MARCOS COELHO GOMES	21410	MOTORISTA
MARCOS ROBERTO ALVES DA COSTA	21992	MOTORISTA
MARIO EDUARDO FAZZIO	21795	MOTORISTA
MICHEL WESLEY NALIN CINTRA	21211	MOTORISTA
MILTON BRAZ DOS SANTOS CARNEIRO	21016	MOTORISTA
PAULO HUMBERTO MACHADO	21537	MOTORISTA
PAULO SERGIO DE FREITAS	21178	MOTORISTA
PAULO SERGIO RODRIGUES DA SILVA	21435	MOTORISTA
PAULO SILVA DE MORAES	21209	MOTORISTA
REINALDO BALDENEIRO	21868	MOTORISTA
REMIR SANTOS DA SILVA	22026	MOTORISTA
RENATO ADRIANO PAULINO PEREIRA	20387	MOTORISTA
RENATO JOSE DE ARAUJO	20920	MOTORISTA
ROBSON DA SILVA RODRIGUES	22266	MOTORISTA

RODOLFO DA CRUZ COSTA	21393	MOTORISTA
RODRIGO CESAR AUGUSTO	21696	MOTORISTA
ROGER DOS SANTOS LEITE	20366	MOTORISTA
ROGERIO DA SILVA RIBEIRO	22368	MOTORISTA
ROGERIO FRANCISCO DOS SANTOS	20695	MOTORISTA
ROMILSON PEREIRA DA CRUZ	22363	MOTORISTA
ROUALD REGIS SCHIAVINATI	20271	MOTORISTA
SERGIO PAULA DE OLIVEIRA	20210	MOTORISTA
SOCRATES LEONARDO LOPES	21192	MOTORISTA
SUELI CARNEIRO DE MELO	22531	MOTORISTA
THIAGO CRESTANELLO	21358	MOTORISTA
TIAGO DONIZETE FRANZINI	21619	MOTORISTA
TULIO MARCOS DE LIMA LIMA	21962	MOTORISTA
UENDEL PEREIRA DE SOUZA LOPES	20767	MOTORISTA
VAGNER LEMES DAS NEVES	20970	MOTORISTA
VALMIR JOAQUIM FLORENCIO	22494	MOTORISTA
VANDERLEI DIAS TRINDADE	21486	MOTORISTA
VINICIO TONDATI	22232	MOTORISTA
VINICIUS PELISSON FACA	21156	MOTORISTA
WAGNER APARECIDO FAILLI	20169	MOTORISTA
WILLIAM DE ALENCAR GABALDI	22144	MOTORISTA
WILLIAN FRANCIS BETETE	22318	MOTORISTA
YAGO CARLOS ORLANDO	21496	MOTORISTA
ADRIANA RECIDIVI DE ALENCAR	22485	PSICOLOGO
AMANDA MATOS CECILIO	20319	PSICOLOGO
AMANDA SABATIN NUNES	20613	PSICOLOGO
ANA CARINA DE QUEIROZ MARCATO	20507	PSICOLOGO
ANA CAROLINA LEONARDO MARTINS	21522	PSICOLOGO
ANA CLAUDIA VILLA MENDONÇA	22515	PSICOLOGO
ANGELA CORREA BORGES	21053	PSICOLOGO
ANGELICA FLAUZINO DE BRITO	21581	PSICOLOGO
ANNA BEATRIZ CODATO DE GARCIA	20950	PSICOLOGO
ANYELLI SCHIAVINATI SILEI	20251	PSICOLOGO
ARYELE NAGASSE DOS SANTOS	20861	PSICOLOGO
BEATRIZ LOPES SECCHI	21132	PSICOLOGO
BRUNA MEDIS BARBOSA	20391	PSICOLOGO
CARINA SUZANI DA SILVA CRUZ	21300	PSICOLOGO
CARLA CRISTINA DA SILVA CAVALCANTE	21190	PSICOLOGO
CARLA SOARES MADEIRA	21763	PSICOLOGO
CAROLINE GARCIA ELADIO DIAMANTINO	21181	PSICOLOGO
CLAUDIA CAROLINA PANULA CURTI	21224	PSICOLOGO
CRISTIANE CANDIDO LARGO BAZAN	22372	PSICOLOGO
DANIELE DE MELO MAGNANI	20894	PSICOLOGO
DAYANA LANSON DOS SANTOS CONTIN	22152	PSICOLOGO
DRIELLI SANTOS DOS REIS	22319	PSICOLOGO
ELEN ROBERTA MENEZES MUGLIA	22282	PSICOLOGO
ELIEZER FERRAZ DE ALMEIDA	21809	PSICOLOGO
ELIS CAROLINE FERRAZ	21738	PSICOLOGO
ELIZABETH CRISTINA ROCHA DE AGUIAR	21835	PSICOLOGO
ELLEN FERNANDA NAVES	22427	PSICOLOGO
ELLOA SANTOS PIMENTEL	20068	PSICOLOGO
ESTER PINA DE JESUS PENARIOL	21192	PSICOLOGO
FABIANA FERNANDES LEITE DOS SANTOS	20064	PSICOLOGO
FABIOLA JACINTO FARIA	21977	PSICOLOGO
GABRIELA JAIR LOPES BEVECHI	21022	PSICOLOGO
GABRIELY DO LIVRAMENTO PIGOSSI	21369	PSICOLOGO
GEOVANA DE OLIVEIRA SOUZA	20479	PSICOLOGO
GRAZIELA CABRINI DOS SANTOS	20360	PSICOLOGO
GREICE RIBEIRO MARTINS	21140	PSICOLOGO
GUILHERME BESSI MARIANO	22447	PSICOLOGO
GUILHERME TERSARIOL TAVARES	22119	PSICOLOGO
HENRIQUE DE MELO GONCALVES CRUZ	22394	PSICOLOGO
ISABELLA GUIRRO DOS SANTOS	20586	PSICOLOGO
ISABELA ROSSETO DE SOUZA	21937	PSICOLOGO
ISABELLA CRISTINA ALVARENGA DA SILVA	21493	PSICOLOGO
ITALO HENRIQUE SAVINI	20317	PSICOLOGO
IZABELA SOARES DOS SANTOS	21911	PSICOLOGO
JANINE DA SILVA SANTOS SESTARI	22208	PSICOLOGO
JESSICA AMADEU DE FREITAS	20899	PSICOLOGO
JESSICA DE FATIMA DELATIN ARANHA	22483	PSICOLOGO
JHENIFFER CARLA ZANARDI ARAUJO	20846	PSICOLOGO
JOAO VITOR TROYANO	21039	PSICOLOGO
JULIA PRADO FERREIRA	20363	PSICOLOGO
JULIANA OGAWA GARCIA COSTA	21632	PSICOLOGO
JULIANA RODRIGUES	22471	PSICOLOGO
KAIAN BITTE EVES DA SILVA	21207	PSICOLOGO
KAROLINE FERREIRA MELO COLUCI	22138	PSICOLOGO
KATIA DAS NEVES GARCIA	21673	PSICOLOGO
LARA GOMES MORETTI	20773	PSICOLOGO
LARA LUCIA DAVID	21117	PSICOLOGO

LARA PASSOS MATOS	20488	PSICOLOGO
LAURA BEATRIZ SILVA GUTIERREZ	21570	PSICOLOGO
LAVINIA SOUZA CRESCENCIO	20230	PSICOLOGO
LEANDRO ANDRADE DA SILVA	21233	PSICOLOGO
LETICIA CECARIELLO DIAMANTI	20124	PSICOLOGO
LETICIA DE OLIVEIRA SANTANA	20087	PSICOLOGO
LETICIA DE OLIVEIRA SANTOS	21720	PSICOLOGO
LETICIA FRANCIELE GONCALVES VIEIRA	20633	PSICOLOGO
LETICIA FURLANETTI MELO GASSO	21133	PSICOLOGO
LETICIA LOPES PERFETTO	20675	PSICOLOGO
LETICIA SILVEIRA DELCOL	20665	PSICOLOGO
LIDIANE CRISTINA PRATES COSTA	20435	PSICOLOGO
LILENY MUNHOZ MARTINS	21070	PSICOLOGO
LILIANE FERREIRA DIAS	22106	PSICOLOGO
LILLIAN LUDMILA BETETE MARTINS	22541	PSICOLOGO
LORENA TREVIZAN DE PAULA	20262	PSICOLOGO
MAIRA LUANA DOS SANTOS DE MARIA	21670	PSICOLOGO
MARCELA GOMES MARQUES	22197	PSICOLOGO
MARIA ANGELICA DE SOUZA SANTOS	20855	PSICOLOGO
MARIANA MEDEZANA GONCALVES	21737	PSICOLOGO
MARIANA NISHIMOTO ALVES	21023	PSICOLOGO
MARIANE ALEXANDRE ANTONIASSI	21267	PSICOLOGO
MARIANE MARQUES BARBOSA	20933	PSICOLOGO
MARIANE RAQUEL GASPARINO WICK	22429	PSICOLOGO
MATHEUS TRESSO GALANTE	21936	PSICOLOGO
MAURO MARCELO DA SILVA CALORI	21910	PSICOLOGO
NAEGELI DOS SANTOS LIMA	21986	PSICOLOGO
NATALIA RODRIGUES DA SILVA	20032	PSICOLOGO
NATHALIA BRITO BARBOSA BATISTA	21251	PSICOLOGO
NATHALIA STEFANI PRADO	21996	PSICOLOGO
NAYARA SA DOS REIS	22123	PSICOLOGO
NICOLE MACHADO MASCIO	21808	PSICOLOGO
NIVEA MARIA OTI FLORENCIO KUMAGE	20338	PSICOLOGO
PAMELA KEYTH DA SILVA CARVALHO CRESTANELLO	22037	PSICOLOGO
PATRICIA DE OLIVEIRA PEDRO	22465	PSICOLOGO
PEDRO EDUARDO DOS ANJOS RODRIGUES	20740	PSICOLOGO
PERSEU RUIZ PAGGIORO SESSINO TOLEDO BARBOSA	21338	PSICOLOGO
PRISCILA CORREA QUEIROZ	21989	PSICOLOGO
RAFAELA MENDES DA COSTA	20852	PSICOLOGO
RAFAELLE LOPES LEMES DO PRADO	21800	PSICOLOGO
RAISSA TAYNA BETETTI MACHADO	21231	PSICOLOGO
RAQUEL CAZEIRO MARIOLA	21095	PSICOLOGO
RAYANNA OLIVEIRA MOTA	22574	PSICOLOGO
RENATA ARAUJO DOS SANTOS	22254	PSICOLOGO
RENATA GOUVEA DA CRUZ	20866	PSICOLOGO
SABRINA KELLY VIANA DA SILVA ARCO	20107	PSICOLOGO
SANDRA MARIA AGUIAR DA SILVA	21935	PSICOLOGO
SANDRO MASSARU UEKI	22386	PSICOLOGO
SAULO EVANDRO LUIZ DA CRUZ	22290	PSICOLOGO
SONIA APARECIDA MARCOLINO ZANALDI	21829	PSICOLOGO
SUELEN CRISTINA DE CARVALHO FALCO	21380	PSICOLOGO
TAINA GONCALVES ESPESCIATO	20019	PSICOLOGO
TAISA POLANI PICOLINI SIMOES	20432	PSICOLOGO
TATIANA R CORTEZZI	21824	PSICOLOGO
THAINA DUQUE DE LUNA	21004	PSICOLOGO
THAIS FERNANDA PEREIRA	21605	PSICOLOGO
VIVIANE CARLA TOFANELLI	20827	PSICOLOGO

ABNER GUSTAVO MELO DOS SANTOS	20931	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADELSON PEREIRA DE SOUZA FILHO	21586	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADEMAR MINUCCI JUNIOR	20011	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADILA LAIZA DE ALMEIDA	20135	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIALDO JOSE PACHECO	21535	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIANA CRISTINA GOMES PIRES	20122	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIANA DE LIMA RODRIGUES	20959	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIANA DE SOUZA COSTA	22204	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIANO GONCALVES	20874	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIELE ALVES DE SOUZA MENDES	22219	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIELE ANDRE MARANGONI	20224	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIELE APARECIDA POMPEU DA SILVA	21746	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIELE CRISTIANE MARQUES	22445	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ADRIELI VEDRONI SOARES	20689	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ASILANE YASMIN BETETTI MACHADO	20203	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALACIDES ALVES ARANHA	21693	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALDO HEITOR BARBOSA	22346	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALESSANDRA CARLA DE TOLEDO CABRAL	22223	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALESSANDRO BERNARDO DE ASSIS	21025	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALEXANDRA FAGUNDES DA SILVA	20495	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALICE TOSTO BUZ	21081	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALINE BRANDAO SANCHEZ DOMINGUES SELES	20117	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALINE DE OLIVEIRA ALVES	21018	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ALINE KELI DA SILVA DE FREITAS	20355	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ALINE NATALINA CHICARELLI	21422	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
AMANDA APARECIDA OLIMPIO SANTANA	20914	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
AMANDA CRISTINA RODRIGUES	20114	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
AMANDA DA COSTA PICOLLO	20014	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
AMANDA MICHELAN PAJARES	22338	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
AMANDA TUFILÉ MOLA	22086	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANA APARECIDA DE SOUZA	22490	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANA CAROLINE GABRIEL GUIMARAES	20131	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANA CLAUDIA SANTOS GOMES	20385	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANA CRISTINA MOREIRA	20233	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANA FLAVIA DA SILVA	20384	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANA LIZARDA DA SILVA PERES	20336	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANA LUCIA DOS SANTOS	22135	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANDREA APARECIDA ARAUQUE DE MORAES	21474	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANDREA CRISTINA DOS SANTOS	22196	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANDREA PATRICIA DE CASTRO ALVES	21636	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANDREA PEREIRA DA SILVA	21777	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANGELICA SIQUEIRA MENEZES	22277	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANIELE CRISTINA FERREIRA	20795	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANTONIO BERNARDO DE OLIVEIRA NETO	20034	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANTONIO CARLOS DE SOUZA FERRAZ	21328	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ARIANE CORREIA SIBIAS	21841	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ARYADNE EDUARDA FUENTES CANDEIA GIMENES	21733	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
BARBARA MORAES DE SOUZA	22016	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
BARBARA MORETI KAWANO	21601	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
BEATRIZ DOS SANTOS ARAUJO	20209	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
BEATRIZ DOS SANTOS RIBEIRO	21753	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
BIANCA PADOAN DOS ANJOS SILVA	21895	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
BRUNA GOMES ALVES PEREIRA	22333	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
BRUNA MAYARA CAPILA	20789	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CARINA SILVA OLIVEIRA GERES	21821	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CARLA ADRIANA DO AMARAL	21510	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CAROLINE APARECIDA MARCATO FEITOSA	21112	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CELIA CRISTINA FONTES NEVES	21821	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CIBELE CRISTINA RAMOS QUECADA	22293	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CLAUDIA DOLCI OLIVEIRA	21098	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CLAUDIA EDIVANIA DE SOUZA	22358	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CLAUDIA FINACI SORIA ARANDA	20969	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA	20729	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CLAUDIO ROBERTO DOS SANTOS	21038	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CLEITON FRANCISCO	20138	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CRISLAINE CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA	20041	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CRISLAINE CRISTINA RODRIGUES SILVA OLIVEIRA	20086	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CRISLAINE LUISA DA SILVA	21444	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CRISLAINE RUBIA ROTA ARAUJO	21005	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CRISMAYLAN DAYANE ROTA ARAUJO	21404	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CRISTIANE PRISCILA NAVARRO	20671	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CRISTINA DE PAULA PEREIRA	21139	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DAIANE APARECIDA SANTANA	20770	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DAIANE CONSISTANTE TRINDADE	20125	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DAIANE CRISTINA DE SOUZA	21296	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DAIANE CRISTINA GOUVEIA RIBEIRO DE SOUZA	22375	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DAIANE FERNANDA LOPES	22229	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DAIANE FERREIRA LOPES	22176	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DAIANE MENDES RODRIGUES DE OLIVEIRA	21899	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DALIANE GADOTTI PEREIRA	20638	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DANIELA BARROS DE OLIVEIRA	21685	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DANIELA CORDEIRO	20280	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DANIELA CRISTINA DA SILVA	20772	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DANIELA DOS SANTOS BRITO	21297	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DANIELA FATIMA PUSLI OLIANI	20055	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DAYANE FERREIRA DA SILVA SANTOS	21546	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DEBORA CRISTINA DA SILVA PEREIRA	22328	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DEBORA DE CASSIA BORDAO	21030	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DEISE MARA BOLONHEZ LAGE	21379	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DEISE SANTANA ALBERGUINI	21490	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DEISIANE SILVA ANDRADE	20010	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DENER DOS SANTOS SILVA	22496	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DIESLEN SERGIO SANTANA LEAL	20564	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DIRELI DA SILVA MAZETI JUNIOR	21409	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
EDER VICTOR ALAN MINGORANCE MAGALHAES	20028	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
EDILUCIA ANDRADE DE FREITAS SOUSA	21756	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
EDUARDA CAROLINE DOS SANTOS PONTES	20243	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
EDUARDO DA COSTA SANTOS	21016	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELAINE CRISTINA PEREIRA DE REZENDE	22590	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELAINE CRISTINA SEMENZIM	20308	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELAINE CRISTINA THEODORO DA SILVA FORNERETO	21052	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELAINE GARCIA ROCHA	21490	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELEN SILVA BADARO DE SOUZA	21865	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELENICE ESTEVAM FERREIRA	20021	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA	21686	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELISSA MANTOVANI DE ARAUJO	20300	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELIANE DA SILVA	22085	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELIEGE NAIRA DOS SANTOS GASQUES BEZERRA	21432	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELISANDRA CRISTINA ARAUJO	22183	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELISANGELA ROCHA	20187	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ELIZANDREA AGUIAR MANCHADO	21887	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
EMANOELLY VERENA CONSTANTE DE OLIVEIRA	21776	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
EMILY EDUARDA SOUZA LIMA	22325	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ERENICE VIEIRA DA SILVA	20108	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ERICA CRISTINA GERMANO MENDES	21238	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ERICA FERNANDES SOARES	20075	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ERICA PRISCILA BATISTA DOS SANTOS CASTILHO	22469	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
EVANDRO CARVALHO DE FREITAS	21036	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FABIANA CRISTINA ZANARDI	20029	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FABIANA GARCIA DA SILVA E SILVA	21629	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FABIANA RODRIGUES DAS NEVES FERREIRA	21216	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FABIANA SANT ANA DA SILVA	21107	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FABRICIA RODRIGUES FERNANDES	20332	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FERNANDA APARECIDA HERNANDES	22143	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FERNANDA CAROLE MATIAS DA COSTA	20535	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FERNANDA DIAS COSTA	21062	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FLALINE APARECIDA ZANATA	22177	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FLORINDA PAULA MARQUES	21691	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FRANCIELE DOS SANTOS BORTOLIN	22005	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FRATIZLENE DA SILVA	22170	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
FRANSCEILLE THAIS PERON SAFRE	22412	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
GABRIELA CICARELI TEMPIO	22100	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
GABRIELLI MAYARA XAVIER DOS SANTOS	20755	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
GEISLA FIM REIS SILVA	20100	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
GESSICA CARVALHO DA SILVA	20957	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
GESELE DAMASCENO BORGES	21083	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
GLAUCIA MAGRI GUALDA	22051	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
HELENA FLORENTINO	21774	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
INIAIA BISPO LEON	20309	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
INARA APARECIDA MEDINA SILVA RIBEIRO	20219	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
IRENE DA SILVA LIMA DA CRUZ	21592	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ISABELLE RUBIO CUSTODIO	22445	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ISABELLE DE ASSIS IURK GABALDI	22354	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ISLAYNE LIMA ALVES	21624	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ISLENE NOGUEIRA DA SILVA	22005	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
IVANA STELA PINEIRO DE AZEVEDO	21152	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
IVETE CUSTODIO	22561	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JACQUELINE RODRIGUES VAQUERO SANCHES	22283	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JANE LOPES TARANTA	20599	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JANIEL APARECIDA DE MENEZES	20669	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JAQUELINE NERIS DOS SANTOS DE ASSIS	20720	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JEFERSON DA SILVA OLIVEIRA	22353	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JENIFER IGLECIA ARANHA PRETEL	20847	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JENIFER RODRIGUES NUNES ROSSI	21229	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JESIANI SOCORRO RIBEIRO	20389	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JESSICA APARECIDA FAVARO	21544	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JESSICA CAROLINE GONCALVES FERNANDES	22584	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JESSICA DE LIMA GUBIM	20748	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JESSICA ESMERINO FERRASSA	22004	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JESSICA FERNANDA DE ALMEIDA	21466	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JESSICA MARIANO SANTANA LOPES	20983	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JHEINEI THIELLY GOMES NOGUEIRA	21441	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JOANNE CAMILA DE PAULO	21454	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JOCELENE FERNANDES CONTRELLA	21388	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JOSE ARMANDO DINIZ SANTIAGO	22470	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JULIA GRACIELA DA SILVA	22356	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JULIANA BARBOSA DA SILVA	20871	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JULIANA EVANGELISTA DA SILVA	20517	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JULIANA PAULA DOS SANTOS RODRIGUES	22481	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
JULIANA RODRIGUES GOMES	22178	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KARINA COSTA DA SILVA	21144	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KARINA JOSIANI DA SILVA FRANCA	20978	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KASSIANA NADANISHI ALVES	21804	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KATIA ALVES OLIVEIRA	22091	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KATIA MUSSATO PINHO	22324	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KATIA OLIVEIRA DA SILVA	21032	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KAUAM GUILHERME XAVIER FERREIRA	22198	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KEANNE THAYANARA DE LIMA RIBEIRO	22120	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KESI AGNES SIMAO DE JESUS	21284	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
KETLIN MARTINS MANTOIA	21970	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LAIZA BARBOSA DA SILVA	21524	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LARA BEATRIZ MARTINS DE CAMARGO	21653	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LARA CRISTINA CAPASTROZ PEREIRA DE SOUZA	22591	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LARA SANTANA CARDOSO	20549	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LAUDICIA DE SOUZA	21819	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LAUDINE DOS SANTOS MATIAS	21200	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LEILA CRISTINA OS SANTOS LOPES	20551	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LEILA LEOPOLDINO ALVES	20414	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LEIANE MENDES RAMALHO DOS SANTOS	21105	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LEONARDO ANTONIO DE FREITAS TEIXEIRA	21268	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LEONORA GALTER PENAROLI	22307	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LETICIA APARECIDA GONCALVES	22210	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LETICIA DA SILVA BARBOSA	20685	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LIAMORA DA SILVA MORAIS PEREIRA	21008	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LIVIA PASSOS FRANCISCO	21268	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUAN HENRIQUE DE SOUZA SANTOS	20102	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUAN MARQUES RAMOS	20582	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUANA BEATRIZ BERNARDO CAMPAGNOLI	21426	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUANA MAYARA BATISTA FRANCO	22384	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUCIELA DELAMURA GAMA TOMAZELLI	21210	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUCILIANA CRISTINA MARTINS FARUTHE	22565	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUCILIANA DE FALCÃO LOPES	21088	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUCIANA DOS SANTOS MAZIERE	21689	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUCIANA FERNANDA DOS REIS VIEIRA	20534	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUCIANA MAGALHAES SOARES	22128	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUCIMARA MARTINS DA SILVA	21064	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUCIMEIRE MOREIRA DOS SANTOS	21969	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUIS FERNANDO DA SILVA	20372	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LUIZ FERNANDO DOS REIS	21443	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARCIA ANDREA MARTINS COLOMBO	21092	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARCIA CRISTINA GABALDI	21791	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARCIA DIAS RIBEIRO	21346	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARCIA DOS SANTOS MARQUES	22258	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARCIA MARIA DA SILVA	21489	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARCIO DOS SANTOS	21482	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA CRISTINA ADAMO DA COSTA	21901	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA DAS DORES XAVIER	20556	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA DE NAZARET GOMES DE ARAGAO BATISTA	22281	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA EDUARDA RODRIGUES DA PENHA	20846	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA ELZA CANNO AGUIAR DA SILVA	20843	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA HELENA FERNANDES COSTA	21424	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA LUCIA PEREIRA DA SILVA	21661	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA LUISA TRINDADE DA SILVA VITOR	21824	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA MADALENA OLIVA	20871	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIA TERESA LIMA PEREIRA	22297	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIANA PADIM	21475	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARIZETE RAMOS BARBOSA TEUBNER	20561	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARLI BRANDAO DA SILVA MANGAROTTE	20239	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MARTA CRISTINA CANDIDO SILVA	22072	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MATHEUS GUIMARAES VALERIA	21082	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MATHEUS OSEIAS FERREIRA ALVES	20570	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MAYRA CORREIA PAES	22306	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MEIRIZ FAGUNDES ALVES	21612	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MICHAELLE ADAMO DOS ANJOS	20618	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MICHELE SILVA ABDO	20027	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MICHELI CRISTINA PISSININ JORGE	20430	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MIRIAM DOS SANTOS SILVA	20660	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MISLAINE DOS SANTOS MORETI	22332	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
MONICA ROBLES SEGANTINI	22399	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NARA CRISTINA ROSSINE	22393	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NARA ELEN APARECIDA DE ALMEIDA MARIN	20542	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NATALIA APARECIDA DE ALMEIDA MELO	20096	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NATHALIA FARINA DOS SANTOS	20614	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NATHALIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	20220	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NICOLAS RICARDO GONCALVES DA SILVA	21198	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NUBIA ANDRE DE SOUZA	22158	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
OSIMARA GONCALVES DE ARRUDA	22320	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
OSMAR ROGERIO FALE	20805	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
OSMARINA MARTINS DE SOUZA	21449	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PABLO BEZERRA DOS SANTOS	21097	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PAMELA AMERICA RUIZ BARBOZA	22131	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PATRICIA DE MIRANDA FERREIRA	20314	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PATRICIA FERNANDA DOS SANTOS	21093	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PATRICIA VALERIA DA SILVA	22056	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PAULA GABRIELA ADAO	21162	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PAULA RENATA DOS SANTOS	20136	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PAULIST ROBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA	21031	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
POLIANA REGINA NUNES DE LIMA	21099	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
POLIANE ARAUJO AZARIPI	20462	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PRISCILA DOS SANTOS SAMPAIO DE OLIVEIRA	21050	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PRISCILA FERNANDA PEREIRA DA SILVA	20270	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PRISCILA REIS NUNES	20493	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RAFAEL MOUNO JUCA	22125	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

RAFAELA PAIXAO DA SILVA	22066	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RAILEN BRUNA SILVA DE CASTRO	21071	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RAINA FRANCIELE VIEGAS OLICIERO	20333	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
REGIANI CRISTINE FAVALECA	21554	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RENATA CRISTINA FRANZIN DA SILVA	21538	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RENATA DAS GRACAS DO NASCIMENTO	20520	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RENATA SANTOS DELGADO	20718	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RODRIGO CESAR CARVALHO PADOAN	21313	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RONALDO CESAR GUNE	22113	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ROSANGELA DA COSTA DANTAS	20083	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ROSIMAR CAETANO DOURADO PENHALVES	20560	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ROSIMEIRE APARECIDA DOS SANTOS	20250	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ROSIMEIRE BARBIERI	20940	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ROSINEIDE DE FREITAS FERREIRA	21843	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RUBEN GUIMARAES DE ALMEIDA	21798	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SAMARA SILVA VITALINO MODOLO	21452	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SAMILA PAULA ELIAS BATISTA	20042	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SANDRA ANDREA FREI	20119	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SANDRA APARECIDA DA SILVA VICENTINI	21513	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SARA MONIZE NASCIMENTO PINA	22261	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SHIRLEY AUGUSTO DOS SANTOS	22582	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SIDIANE DIAS	20448	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SILVANA GOMES FERREIRA	20598	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SILVILENE CUNHA NOGUEIRA	22556	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SIMONE FURLAN	20016	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SIRLEY APARECIDA DONEGA MODESTO	21943	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SOLANGE RIBEIRO DIAS	20905	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SONIA ZANA DA SILVA	20644	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
STEFANI VITORIA PIROLA ROCHA	21925	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
SUZANA APARECIDA MARTINS ZORATI	21308	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TAINARA FRANCISCO BERGAMASCO	21064	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TAINARA REGINA ROQUE FERREIRA	21160	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TAIS CRISTINA FRACARI SOARES	21643	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TAIS RODRIGUES CORREIA	22051	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TATIANE CRISTINA DE AMORIM	22555	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TATIANE FERNANDA DA SILVA	20536	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TATIANE PRISCILLA BRIGANTIN SANCHES	21100	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TAVANY GONCALVES FARIA	22256	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
THAIS PEREIRA GONCALVES	21964	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
THAYNE FERNANDA LAURENTINO ROLA	20303	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TIAGO LUIS DA SILVA	22376	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
UESLEY DONIZETE BARBARA	20261	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VALDECIR PINHEIRO RIBEIRO	21951	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VALDENIRA ALVES ABRANTES VIEGAS	22419	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VALDIRENE APARECIDA SALMAZO	22108	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VANESSA CRISTINA MODA	22021	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VANESSA FERNANDA SANGALI TONHOLI	21502	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VANESSA MARA DE ARAUJO POLIZELLI	22241	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VANESSA PENHA TRALDI	21669	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VERA LUCIA MARIA CARLOS DOS SANTOS	20139	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VILTER MIURA DE MORAES	21043	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VITORIA CHRISTINA TEIXEIRA ASSUNCAO	21792	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VITORIA IZABEL MEDEIROS VALENTIN	22162	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VITORIA PEDREIRA DA SILVA MONTORO	20964	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VITORIA STEFANI DA SILVA MARCOLINI	20907	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
VIVIANE CRISTINA DIONISIO DE OLIVEIRA	21569	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
WILLIAMS DONIZETTE CAPARROZ CHERUBIN	22207	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
YASMIN PETONELI CATATINO VIEIRA	20264	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
YGOR RAFAEL ORLANDO	22349	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
ANA CAROLAINNE TORII	21735	TÉCNICO DE FARMÁCIA
ARIEL RUBINHO SANCHES BASSINI	20311	TÉCNICO DE FARMÁCIA
ARIELI GOMES DE JESUS	20455	TÉCNICO DE FARMÁCIA
BIANCA COSTA FREIRE	20076	TÉCNICO DE FARMÁCIA
DANIELE DOMINGOS DA SILVA	21803	TÉCNICO DE FARMÁCIA
DEISE DO PRADO SOUZA BARTOLOMEI	20351	TÉCNICO DE FARMÁCIA
DENISE BATISTA DA SILVA	20227	TÉCNICO DE FARMÁCIA
JULIANA DE FARIAS LIMA	21550	TÉCNICO DE FARMÁCIA
JARISSA BORGES DA SILVA KANAWA	20070	TÉCNICO DE FARMÁCIA
LUSSANDRA DA SILVA	22397	TÉCNICO DE FARMÁCIA
PRISCILA VASCONCELOS	21984	TÉCNICO DE FARMÁCIA
REGIANE RITELLI VICENTE	20388	TÉCNICO DE FARMÁCIA
SUELEN APARECIDA DE LEMES	20283	TÉCNICO DE FARMÁCIA
THAYRINE FERNANDES	22322	TÉCNICO DE FARMÁCIA
TIAGO MARCHESANI DE MELO	20555	TÉCNICO DE FARMÁCIA
VANESSA CRISTINA SILVA FERREIRA	20167	TÉCNICO DE FARMÁCIA
AGUINALDO RODRIGUES NUNES	21869	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
ALINE TAMACIO ROZANI	21271	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
ANDERSON HONORIO MARTINS DE BRITO	21294	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
APARECIDO DA SILVA TEIXEIRA	21166	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
AUGUSTO ROSA DA SILVA	21761	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

BEATRIZ LURYE DA SILVA	21031	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
BRUNA VILAS BOAS MOREIRA SANTOS	21506	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
EDSON ANTONIO BUEGGIO	21786	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
EVERSON GERALDO DE ARAUJO	22084	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
FELIPE APARECIDO DA SILVA OLIVEIRA	21459	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
NATHALIA JUAN RODRIGUES FERNANDES	21602	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
PAULO FRANCISCO DE OLIVEIRA	21226	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
RAQUEL PEREZ RAMIRES	20793	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
VINICIUS MAZOCO	20439	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
WALISSON FRANCISCO PEREIRA	21024	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
YARA LUIZA SOARES VIEIRA	20569	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
ADRIANA DA SILVA DE SOUZA	21844	TELEFONISTA
ADRIANA FERREIRA DA SILVA	20326	TELEFONISTA
ADRIANA PAIXAO DOS ANJOS	22074	TELEFONISTA
AILA BELETTI DE OLIVEIRA GUIMARAES	21171	TELEFONISTA
ALICE PENHA FERREIRA DA SILVA	22420	TELEFONISTA
AMANDA BALLISTA DA SILVA	21606	TELEFONISTA
AMANDA BOTON LIMA DA SILVA	21334	TELEFONISTA
AMANDA GABRIELA DE SOUZA	22032	TELEFONISTA
AMANDA KELLY SOARES DE ARAUJO	21766	TELEFONISTA
AMANDA VIEIRA DOS SANTOS	21679	TELEFONISTA
ANA BEATRIZ DE CARVALHO FONTANA	22064	TELEFONISTA
ANA BEATRIZ NUNES DA SILVA	21446	TELEFONISTA
ANA CAROLINA BERGAMO DE PAULA	22501	TELEFONISTA
ANA CAROLINA FLOR ROSSI	20433	TELEFONISTA
ANA CAROLINA LOPES TOLEDO	22438	TELEFONISTA
ANA CAROLINA SILVA SOARES	21564	TELEFONISTA
ANA CLAUDIA GRILLO	20113	TELEFONISTA
ANA GABRIELI NUNES ONDEI	22009	TELEFONISTA
ANA PAULA GERALDO BRIGANTIN	22573	TELEFONISTA
ANA PAULA LOPES LYRA	21400	TELEFONISTA
ANA PAULA SANTANA FREITAS	21489	TELEFONISTA
ANA PAULA TARIN MARTIN	21062	TELEFONISTA
ANAI LAILA DA SILVA DE FREITAS	20739	TELEFONISTA
ANDREIA NUNES LOPES	21630	TELEFONISTA
ANDRESSA MERLOTTO DE FRANCA	20421	TELEFONISTA
ANGELA MARIA ARAUJO KAWANO	20005	TELEFONISTA
ANGELICA CHICARELLI BRUSSOLO	20005	TELEFONISTA
ANGELICA CRISTINA TEIXEIRA BRAMBILA	21198	TELEFONISTA
ANGELICA ZAVINI RODRIGUES	20596	TELEFONISTA
ANIELI ALVES FULCONI	22482	TELEFONISTA
ANTONIA MARIA GONCALVES MARTINS	20491	TELEFONISTA
ANTONIO ARAUJO AUGUSTO NETO	21859	TELEFONISTA
APARECIDA MARIA DOS REIS	20084	TELEFONISTA
ARIELE CAROLINE RODRIGUES	21775	TELEFONISTA
BEATRIZ QUEIROZ SILVA	20441	TELEFONISTA
BIANCA LEITE	22298	TELEFONISTA
BRUNA ABIGAIL PEREIRA DE CASTRO	21684	TELEFONISTA
BRUNA ARANDA DE CARVALHO	20284	TELEFONISTA
BRUNA KALINE SILVA FERREIRA	21549	TELEFONISTA
BRUNO DE CASTRO TEIXEIRA	21655	TELEFONISTA
BRUNO PEREIRA FREIRE	21451	TELEFONISTA
CARLA SATICO UEMURA MIRANDA	21599	TELEFONISTA
CAROLINE PEDRO MARCOLINO DE SOUZA	22434	TELEFONISTA
CASSIA GABRIEL VIANA	22398	TELEFONISTA
CHARLENE PEREIRA DA CRUZ	22215	TELEFONISTA
CRISLAINE MILENE REIS BRUSSOLO	20039	TELEFONISTA
CRISTIANI FREITAS GONCALVES	22554	TELEFONISTA
CRISTINA APARECIDA SABINO NASCIMBENI	21955	TELEFONISTA
CRISTINA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	21586	TELEFONISTA
DAIANE ALVES VIEIRA DE SOUZA	21937	TELEFONISTA
DAIANE GUARDA ALVES	22141	TELEFONISTA
DAISA MAGALHAES QUEIROZ	20134	TELEFONISTA
DANIELA CRISTINA CAHNOTO FONTANA	22164	TELEFONISTA
DANIELA MOREIRA CASTELO	21081	TELEFONISTA
DANIELLY FERREIRA DA SILVA PENA	22034	TELEFONISTA
DANILA CARVALHO MATEUS	22559	TELEFONISTA
DANILQ DA SILVA FERNANDES	20822	TELEFONISTA
DART NILMA FELICIANO OLIMPIO	21428	TELEFONISTA
DEISE BRAGA TEODORO	20286	TELEFONISTA
EDIO WILSON POLO DA SILVA JUNIOR	21714	TELEFONISTA
EDUARDA FACHOLA DE ARAUJO	20038	TELEFONISTA
ELAINE CRISTINA PELAIS DOS SANTOS	21509	TELEFONISTA
ELIANE PAIXAO SILVA	20529	TELEFONISTA
ELIENAY BATISTA LUIZ DA SILVA	22122	TELEFONISTA
ELIETE ROCHA DA SILVA	21872	TELEFONISTA
ELISA SANTANNA DE SOUZA	22195	TELEFONISTA
ELISANGELA PEREIRA DOS SANTOS	22167	TELEFONISTA
ELLEN AGOSTINI DOS SANTOS	21944	TELEFONISTA
ELORA NASCIMENTO SOUZA	21069	TELEFONISTA

EMILY REZENDE PEREIRA	20160	TELEFONISTA
FERNANDA CARLA MARTINS	22035	TELEFONISTA
FERNANDA CAROLINE MAGALHAES BINDELLA	21036	TELEFONISTA
FERNANDA RAMUNDO ALVES	21118	TELEFONISTA
FLAVIA CAROLINI BARBOSA DE MELLO	21527	TELEFONISTA
FLAVIA DUARTE GIROTTI	20370	TELEFONISTA
FLAVIA ELIANE DA SILVA NOVAES	20513	TELEFONISTA
FRANCIELE CRISTIANE FRANHAN NICOLETTI	20192	TELEFONISTA
FRANCISMARA PATRICIA DE GALDINO	21082	TELEFONISTA
GABRIELA MIGLIORINI MENDONÇA	22059	TELEFONISTA
GABRIELA VIEIRA CARDOSO	20637	TELEFONISTA
GABRIELLA VITORIA SCATENA	22272	TELEFONISTA
GEISA GASPARI TRATTI	20301	TELEFONISTA
GESSICA DUARTE SPERANDIO	21124	TELEFONISTA
GIOVANA LEITE DA SILVA	22259	TELEFONISTA
GIOVANNA DAMASCENO BORGES DE PAULA	20100	TELEFONISTA
GIOVANNA MARIA CHAVES DEZANI	22417	TELEFONISTA
GIOVANNA VICTORIA BOSCOLO FERREIRA	21215	TELEFONISTA
GRAZIELI CRISTINA ANDRADE POLIZELLO	21234	TELEFONISTA
GUSTAVO HENRIQUE DE OLIVEIRA ZIGART	22213	TELEFONISTA
GUSTAVO VINICIUS DE SOUZA PISINI	22509	TELEFONISTA
HELLEN ROSANGELA DOS SANTOS	22010	TELEFONISTA
HUMBERT NUNES DE SOUZA	20697	TELEFONISTA
IGOR HENRIQUE LEITE ALVES	22168	TELEFONISTA
INAJA FERNANDA GONCALVES DE OLIVEIRA	21006	TELEFONISTA
ISABELA MARA DOS SANTOS PEREIRA	22586	TELEFONISTA
ISABELA REIS FIGUEIREDO DA COSTA	20885	TELEFONISTA
ISABELLA ESTEVES EVANGELISTA CANDIAL	22336	TELEFONISTA
JANILDES SORAIA DOS SANTOS PAIXAO	21122	TELEFONISTA
JEFFERSON VINICIUS SILVA LOPES	20774	TELEFONISTA
JESSICA ANDRESSA MARQUES MODA	21656	TELEFONISTA
JESSICA DOS SANTOS BORDAO	22012	TELEFONISTA
JESSICA JACQUELINE SANTOS DA MATA	21616	TELEFONISTA
JESSICA MARIA SILVA DE OLIVEIRA COSTA	21086	TELEFONISTA
JESSICA TUPONI MAGNANI DE ABREU	22474	TELEFONISTA
JOAO PEDRO SOUZA E SILVA	21194	TELEFONISTA
JOICE DA SILVA COEV	20416	TELEFONISTA
JOSELAINE BOZUTTI DE MATOS	21877	TELEFONISTA
JOSUE SOUZA DE LIMA	20288	TELEFONISTA
JULIA REIS CARRARA	20310	TELEFONISTA
JULIANA BARBOSA DA SILVA	20609	TELEFONISTA
JULIANA BARBOSA SOUSA	21293	TELEFONISTA
JULIANA CAIRES GOMES	22233	TELEFONISTA
JULIANA CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA	22101	TELEFONISTA
JULIANA MARA BARBOSA TINTI	21767	TELEFONISTA
JULIANA TEIXEIRA DE SOUZA	21837	TELEFONISTA
JULIANA TEODORO PIOVESAN ADAMI	21362	TELEFONISTA
LAIZA ELOI SALES	22185	TELEFONISTA
LARA MONIZE NOGUEIRA	21848	TELEFONISTA
LARISSA DA SILVA FERNANDES	22472	TELEFONISTA
LARISSA DE SOUZA ZAHR	21472	TELEFONISTA
LAYANE CESTONARO FERNANDEZ	22327	TELEFONISTA
LIDIANE CRISTINA DO NASCIMENTO	22504	TELEFONISTA
LIENE DE CASSIA MARTINS	20304	TELEFONISTA
LINEA GIOVANNA DE ALMEIDA	22216	TELEFONISTA
LUANA APARECIDA BRITO DOS SANTOS	22109	TELEFONISTA
LUANA MENEZES STAFUZZA	21797	TELEFONISTA
LUANE GARCIA BIANCHI	20980	TELEFONISTA
LUCAS AUGUSTO MARTINS PAVESI	20652	TELEFONISTA
LUCAS EPIFANIO SOARES	22089	TELEFONISTA
LUCAS OLIVEIRA DOS SANTOS	21561	TELEFONISTA
LUCIMAR SOUZA DA SILVA	20726	TELEFONISTA
LUCIO PEREIRA DE ALMEIDA	22176	TELEFONISTA
MARCOS NARCIZO JUNIOR	21126	TELEFONISTA
MARESSA FERREIRA ALVES	20298	TELEFONISTA
MARGARETE BELA DA SILVA	21812	TELEFONISTA
MARGARETE DA CAIRES	20418	TELEFONISTA
MARIA BARBOSA	21646	TELEFONISTA
MARIA EDUARDA PASSOS BRAZ	21785	TELEFONISTA
MARIA GABRIELA BREGANTIN DE OLIVEIRA	21145	TELEFONISTA
MARIA RIVANIA BERNARDINO DE MELO	21598	TELEFONISTA
MARIA ROSA DE SOUZA MESSIAS	22236	TELEFONISTA
MARIANA FEITOSA DA SILVA	21372	TELEFONISTA
MARINEIDE SANTANA PEREIRA SANTOS	22289	TELEFONISTA
MARTA ELISA DE CARVALHO NEVES	21084	TELEFONISTA
MATHEUS DOS ANJOS GIMENEZ	22058	TELEFONISTA
MATHEUS TEODORO DE LIMA	20680	TELEFONISTA
MICHELE DAIANE DE DEUS FINOTELLO	22513	TELEFONISTA
MICHELI FERNANDA VIEIRA QUEIROZ	20954	TELEFONISTA
MICHEL KEIKO MICHUE CANOVA	20499	TELEFONISTA

MICHELLE BARRIONUEVO DA COSTA	20158	TELEFONISTA
MILENA ALESSANDRA ZANARDI	21473	TELEFONISTA
MILENA RIBEIRO MAURENICO	20664	TELEFONISTA
MONALISA DINIZ SILVA	22313	TELEFONISTA
NADIA MIWA MORITA DANTAS	22284	TELEFONISTA
NATALIA BATISTA DE OLIVEIRA	22156	TELEFONISTA
NATALIA CRISTINA BUSQUETTO XAVIER GOMES	22344	TELEFONISTA
NATALIA CRISTINA MATIAS GIGANTE PORTO	20563	TELEFONISTA
NATALIA DE MORI RODRIGUES	21706	TELEFONISTA
NATALIA RICCI AFONSO	20780	TELEFONISTA
NATHIARA ALVES ROSA	21161	TELEFONISTA
NATIELI DUARTE SANTANA	20635	TELEFONISTA
NAYARA FERNANDA ARLINDO	22524	TELEFONISTA
NAYARA FERREIRA FERRO	20781	TELEFONISTA
NAYARA LETICIA PEREIRA NEVES GERETTI	21111	TELEFONISTA
NEUZA GRACIANO DE OLIVEIRA	22050	TELEFONISTA
NUBIA QUITERIA DA CRUZ	21919	TELEFONISTA
OLINDA JOSE DE AGUIAR	21967	TELEFONISTA
PATRICIA DE CASSIA BAZAGLIA	21559	TELEFONISTA
PATRICIA MARIA JACOMASSI DALPOZO	21058	TELEFONISTA
PIETRA CRISTINA HERRAN	22542	TELEFONISTA
RAFAEL FERNANDO CRISTINO LEMES DO PRADO	20260	TELEFONISTA
RAFAELA ANDRADE DA SILVA SANTOS	20541	TELEFONISTA
RAFAELA COLLETA CORONADO FREHI	22192	TELEFONISTA
RAQUEL AIKO RABELO KAMIKAWACHI VASCONCELOS	21591	TELEFONISTA
RAQUEL APARECIDA ROCHA DE JESUS CORREA	22468	TELEFONISTA
ROSANA DE NOVAES RODRIGUES	20525	TELEFONISTA
ROSELI APARECIDA AIZZA DA SILVA	21946	TELEFONISTA
RUILANA CARDOZO TREVISAN	21683	TELEFONISTA
SABRINA FARINA DE OLIVEIRA	22381	TELEFONISTA
SABRINA SILVA TOMAS DE AQUINO	22425	TELEFONISTA
SANTANA ALVES DE SOUSA FIOCHI	22068	TELEFONISTA
SARA BARBOSA ARLINDO OSTAN	21617	TELEFONISTA
SILMARA PATRICIA DA SILVA SALES	20485	TELEFONISTA
SILVANA ALVES FERREIRA MARQUES	21187	TELEFONISTA
SILVANO PERPETUO PIERINE	21697	TELEFONISTA
SIMONI MARTINS PINTO BRANICIO	20996	TELEFONISTA
SONIA DOS SANTOS RIBEIRO	21912	TELEFONISTA
TAINARA ASSUNCAO GATTO	22331	TELEFONISTA
TALITA NICOLI MAZUQUII	22136	TELEFONISTA
TAMIRES CONTARDI DE ASSIS	21871	TELEFONISTA
TAMIRES FERNANDA BARBOSA ORLANDO	20104	TELEFONISTA
TATIANA REGINA PINHEIRO	21223	TELEFONISTA
THAILUANA MARQUES COSTA	21631	TELEFONISTA
VANESSA PRISCILA BENITO	20084	TELEFONISTA
VANIA GALICE MARQUES	20071	TELEFONISTA
VERA MARIA KERCHIE SILVA	21285	TELEFONISTA
VINICIUS KENJI KAWANO BATISTA	21749	TELEFONISTA
VITOR FURLAN LEITE	20048	TELEFONISTA
VIVIANE CAROLINA NAVARRO DA SILVA	22534	TELEFONISTA
VIVIANE LEMES DE SOUZA	21414	TELEFONISTA
WILLIAN DA SILVA LAZARO	22516	TELEFONISTA
ADRIELE BRITO DA SILVA	22552	TERAPEUTA OCUPACIONAL
BRUNA CAROLINE SCAPIM TRIVELATO	21778	TERAPEUTA OCUPACIONAL
CAMILA DA SILVA TEIXEIRA	20836	TERAPEUTA OCUPACIONAL
DAYANE BERCELI DOS SANTOS	21796	TERAPEUTA OCUPACIONAL
DIULLI SEGANTINI GARCIA	21249	TERAPEUTA OCUPACIONAL
JEISA CARLA LIMEIRA DE SOUZA	21729	TERAPEUTA OCUPACIONAL
JESSICA LEANDRA MARQUES	21470	TERAPEUTA OCUPACIONAL
KELI CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA	22522	TERAPEUTA OCUPACIONAL
LIVIA RODRIGUES DA SILVA MARQUESINI	21772	TERAPEUTA OCUPACIONAL
LUCIANA CECILIA SABINO PREIHSNER	21336	TERAPEUTA OCUPACIONAL
LUCILENE MOREIRA COSTA	22442	TERAPEUTA OCUPACIONAL
RICARDO BRAGANTIN BATISTA	21048	TERAPEUTA OCUPACIONAL
ROSELI CAMACHO RODRIGUES	21870	TERAPEUTA OCUPACIONAL
TAMIRES ASSIS DA SILVA	20176	TERAPEUTA OCUPACIONAL

DEFERIR NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA, as seguintes inscrições

■ **BENEFÍCIOS**

Auxílio Brasil e Auxílio Gás: Caixa inicia pagamento nesta terça-feira

A CAIXA inicia, nesta terça-feira (11/10), o pagamento do Auxílio Brasil e do Auxílio Gás, referente a outubro. Os beneficiários com final de NIS 1 são os primeiros a receber, conforme calendário escalonado. O pagamento é feito de acordo com o final do NIS do beneficiário, com término previsto para o dia 25 de outubro. Na próxima quinta-feira (13/10), quem recebe os benefícios são os beneficiários com final de NIS 2. Na sexta-feira (14/10), será a vez dos beneficiários com final de NIS 3.

Segundo a CAIXA, ao todo, R\$ 21,1 milhões de famílias receberão o Auxílio Brasil, em outubro, no valor mínimo de R\$ 600. Na mesma esteira



dos repasses, cerca de 6 milhões de famílias receberão o Vale Gás de R\$ 112 - valor médio do botijão de gás no país. A Maria Gercilene, do município cearense de Independência, é uma das beneficiárias do Auxílio Brasil. E o benefício tem feito a diferença em casa, no pagamento de contas e na compra de alimentos. “O auxílio ajuda bastante. Tenho um filho para criar, moro só. Conseguimos [com o Auxílio Brasil] pagar energia, água. Dá para ajudar na alimentação.” Nos dois programas, os beneficiários podem movimentar os valores pelo aplicativo CAIXA Tem. A vice-presidente de Governo da Caixa, Tatiana Thomé, explica mais.

“Ele [beneficiário] pode movimentar o benefício recebido do Auxílio Brasil pelo aplicativo CAIXA Tem, utilizando todas as funcionalidades, como PIX, pagamento de boletos, o cartão de débito virtual do Auxílio Brasil. Ou também pode sacar o recurso em algum dos pontos de atendimento da CAIXA, seja nas próprias agências, nas lotéricas ou nos caixas eletrônicos.” As famílias beneficiárias poderão consultar as informações das parcelas nos aplicativos Auxílio Brasil e CAIXA Tem ou pelo telefone 111. Para mais informações sobre Auxílio Brasil e Auxílio Gás, acesse www.caixa.gov.br.
Fonte: Brasil 61

■ **ECONOMIA**

Para economista, arrecadação federal de agosto aponta para retomada econômica do país

O recorde da arrecadação federal em agosto aponta para continuidade da retomada econômica do país, avalia o doutor em economia e professor da Universidade Mackenzie, Hugo Garbe. No oitavo mês do ano, as receitas federais atingiram R\$ 172,3 bilhões, um aumento real de 8,2% em comparação com o mesmo mês em 2021, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). “Já demonstra uma retomada econômica mais forte porque em um país que retoma a sua geração de emprego e renda, as pessoas estão consumindo mais serviços, gastando mais, trocando geladeira. Todo esse consumo, por meio da geração de emprego e renda das famílias, é revertido por uma maior arrecadação tributária e isso vem se confirmando”, analisa Garbe. No acumulado de janeiro a agosto de 2022, a arrecadação

alcançou R\$ 1,46 trilhão, o que representa acréscimo pelo IPCA de 10,2% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o Ministério da Economia, esse é o oitavo recorde consecutivo em 2022 e o melhor desempenho arrecadatório desde 2000, tanto para o mês de agosto quanto para o período acumulado. Os dados do governo federal apontam que o principal fator que leva ao crescimento observado no período está relacionado com os recolhimentos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL). Segundo a Receita Federal, essa tributação gerou arrecadação de R\$ 35,5 bilhões em agosto, o que significa crescimento real de 27,16%. **Receita previdenciária também é destaque** Outro indicador de destaque



em agosto foi o aumento da Receita Previdenciária. Foram R\$ 45,8 bilhões de arrecadação, com acréscimo real de 8,30%, em razão do aumento real de 6,77% da massa salarial. No acumulado do ano, o resultado chega a R\$ 348,60

bilhões, alta real de 6,37%. “As receitas tributárias estão em linha com a arrecadação tributária. Estão seguindo a mesma variação e é decorrente da retomada do crescimento, com melhoria no mercado de trabalho, queda de desemprego e maior quantitativo de postos de trabalho. É esperado aumento na arrecadação tributária”, explica Evilásio Salvador, economista e professor do programa de pós-graduação em Política Social da Universidade de

Brasília. Indústria de transformação A Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Economia, também coloca os indicadores da Indústria de Transformação como fatores importantes na continuidade da retomada econômica. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam que o faturamento real, por exemplo, cresceu pelo terceiro mês consecutivo, subindo 1% em relação a junho (sem efeitos sazonais), alcançando o maior valor de 2022. As horas trabalhadas na produção tiveram pouca variação (-0,1%) em julho, o que pode ser interpretado como estabilidade em relação a junho, mas, ainda assim, se mantiveram em patamar elevado. Em comparação a julho de 2021, o crescimento é de 3%.
Fonte: Brasil 61

■ **CONEXÃO**

Programas Cidades Digitais está disponível para munícipes de Jales

O vereador Elder Mansueli (Pode), em requerimento, questionou à Prefeitura por que não havia acesso gratuito à internet nos pontos pré-estabelecidos, através do programa Cidades Digitais, do Governo Federal. Mansueli justificou que, em março de 2019, o site oficial da Prefeitura informou que foram instalados 21 quilômetros de fibra ótica do Programa Cidades Digitais, que iria fornecer acesso à internet em pontos previamente estabelecidos. De acordo com o gerente regional da Petcom, as Praças “João Mariano de Freitas” e “Dr. Euphly Jales”, o Comboio (Feira do Produtor Rural), entre outros locais, teriam pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito da população. O parlamentar indagou à Prefeitura quando o acesso à internet iria estar disponível e se o prazo de garantia da empresa havia vencido. Em resposta ao requerimento, a Prefeitura, através da Secretaria de Governo, informou que o acesso gratuito à internet, nos pontos pré-estabelecidos, estão disponíveis desde a instalação da fibra ótica feita pela empresa contratada pela União. Os equipamentos utilizados

possuem limites quanto a acessos simultâneos, distância dos aparelhos, volume de tráfego de informações e velocidades das navegações. Segundo a Prefeitura, os órgãos públicos que foram contemplados pelo programa estão interconectados, entretanto, os novos endereços de alguns órgãos não estão conectados, devido à falta de solicitação em decorrência de contrato de locação. A Prefeitura não informou o prazo de garantia do serviço prestado pela empresa, pois o serviço foi contratado pelo Governo Federal.

